

REDE ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE

Professores e Pesquisadores em Política Educacional no Estado de São Paulo

Nota Técnica

Análise da resposta da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Departamento de Planejamento e Gestão da Rede Escolar e Matrícula – DGREM) à Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública do Estado de São Paulo, processo n. 1049683-05.2015.8.26.0053.

São Paulo
Junho de 2016

A Rede *Escola Pública e Universidade* é formada por professores e pesquisadores de diferentes universidades públicas do estado de São Paulo (Unicamp, UFSCar, UFABC, USP, Unifesp e IFSP) e tem objetivo realizar estudos, pesquisas e intervenções visando contribuir com a ampliação do direito à educação de qualidade na rede estadual de ensino.

Elaboração:

Leonardo Crochik – IFSP <i>Campus</i> São Paulo	E-mail: crochik@gmail.com
Sergio Stoco – Unifesp <i>Campus</i> Diadema	E-mail: brestoco@gmail.com
Maria Clara Di Pierro – USP <i>Campus</i> Butantã	E-mail: mcpierro@uol.com.br
Ana Paula Corti – IFSP <i>Campus</i> São Paulo	E-mail: anapaulacorti@gmail.com
Fernando Cássio – UFABC <i>Campus</i> Santo André	E-mail: flcassio@gmail.com

Revisão e edição final:

Salomão Barros Ximenes – UFABC *Campus* São Bernardo do Campo
E-mail: salomao.ximenes@ufabc.edu.br

Rede Escola Pública e Universidade

São Paulo
Junho de 2016

SUMÁRIO

	Página
Síntese dos principais pontos	
Introdução	
I. Inconsistências e lacunas no documento da SEE-SP em resposta à Ação Civil Pública (ACP)	
II. O argumento demográfico	
III. Análise dos demais argumentos levantados pela SEE-SP	
a) Fechamento de turmas de ingresso nas escolas da rede estadual	
b) Desenvolvimento humano e escolas estaduais com fechamento proposto no Município de São Paulo	
c) Variações no tamanho das turmas em 2016	
ANEXO 1	
ANEXO 2	

Síntese dos principais pontos

1. O documento apresentado pelo Estado de São Paulo ao Poder Judiciário, através da SEE-SP, revelou diversas **inconsistências e lacunas**, que precisam ainda ser elucidadas para que as informações se tornem compreensíveis e transparentes. Os dados apresentados no Anexo 2 do referido documento apresentam somas erradas, que sugerem redução de matrículas em 2016 quando, na verdade, houve aumento. O documento focaliza em apenas um fator de verificação de uma suposta reorganização gradual, ou seja, a não oferta de turmas de ingresso (início de ciclos) em 2016. Mesmo restringindo-se a este ponto, a SEE-SP **não apresentou a lista das 158 escolas** que não teriam ofertado turmas de ingresso em 2016. O documento não traz nenhuma informação a respeito das escolas **que extinguiram ciclos** na rede estadual.
2. Quando consideradas as variações no número de matrículas nas etapas do ensino fundamental e no ensino médio, identificamos que não houve o efeito demográfico argumentado pelo Estado de São Paulo. A variação entre os anos de 2015 e 2016 foi praticamente nula, menos 1.336 alunos –, muito distante, como se vê, da expectativa de redução de 66 mil alunos na rede. Diante disso, **é desproporcional a redução de 2.404 turmas em 2016**. Além disso, há, de maneira geral, uma diminuição do número de escolas que oferecem cada ciclo de ensino, um dos objetivos da reorganização proposta em 2015.
3. Considerando-se o item específico tratado pela SEE-SP em relação às escolas que, em 2016, não ofertaram turmas de ingresso, nossa análise sobre os dados oficiais obtidos via Lei de Acesso à Informação, referentes aos meses de maio de 2015 e de 2016, aponta que **das 165 escolas que deixaram de abrir turmas de ingresso em 2016, 53 escolas constam em uma das duas listas disponibilizadas no programa de reorganização escolar** (seriam fechadas ou reorganizadas), o que perfaz 32% do total, valor significativo quando considerado o universo de escolas da rede estadual. Isso pode indicar a existência de um processo gradativo de reorganização escolar, uma vez que em 51 destas 53 escolas a não abertura coincidiu exatamente com o ciclo que seria fechado na unidade caso a reorganização fosse implantada nos moldes propostos pelo governo do Estado de São Paulo.

4. Quanto ao número de alunos por classe, o dado oficial apresentado pela SEE-SP, com o número médio de alunos por classe na rede estadual, é insuficiente. Nossas análises apontam que: **as modas de alunos por classe, de 2015 a 2016, aumentaram em quase todas as etapas e modalidades de ensino.** Em 2016, exceto para o Ensino Médio, a moda de alunos por classe é exatamente igual aos referenciais estabelecidos pela Resolução SE n. 02/2016. Particularmente intenso foi o aumento na moda de alunos por classe para a modalidade EJA, que saltou de 36 alunos por classe para 45. Cerca de **14% das classes estão acima da referência estabelecida pela Resolução SE n. 02/2016.** Especialmente preocupante é a situação dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que apresentam 24% das classes com mais alunos que a referência estabelecida. O número de classes **acima do limite máximo** permitido pela referida Resolução – 10% a mais do estabelecido – é de **1,5% das classes.**

Introdução

A Rede Escola Pública e Universidade foi constituída por um grupo de professores e pesquisadores de diferentes universidades públicas do estado de São Paulo (Unicamp, UFSCar, UFABC, USP, Unifesp e IFSP) em fevereiro de 2016, sendo motivada pelos acontecimentos envolvendo a proposta de reorganização da rede escolar estadual em 2015 e os movimentos de resistência à sua implementação. A Rede tem como objetivo realizar estudos, pesquisas e intervenções visando contribuir com a ampliação do direito à educação de qualidade na rede estadual de ensino, e provocar o diálogo entre o governo do estado de São Paulo, sua Secretaria de Educação (SEE-SP), a comunidade escolar e as Universidades Públicas Paulistas no que tange à elaboração e implantação das políticas educacionais, uma vez que estas instituições são centros vigorosos de produção de conhecimento em Educação.

A primeira ação da Rede Escola Pública e Universidade foi a realização do Colóquio *Reorganização em debate: as políticas educacionais e os movimentos de resistência* no dia 16 de abril de 2016, que contou com a participação de representantes do Ministério Público e da SSE-SP, além de pesquisadores e especialistas em políticas educacionais, organizações da sociedade civil, pais e mães de alunos, estudantes e professores. Nessa ocasião, foi possível colocar em diálogo as diferentes vozes acerca do processo de reorganização, bem como ouvir especialistas em Educação que apresentaram dados variados, possibilitando um balanço sobre a experiência de reorganização implantada 20 anos antes, em 1996, sobre o Saresp e sua interface com as políticas educacionais e sobre a situação da gestão democrática na rede estadual. Chamou-nos especial atenção no evento os diversos relatos sobre as violências vivenciadas por professores e alunos no processo de ocupação às escolas e nos protestos de rua, também denúncias sobre os modos sutis com que certo tipo de reorganização da rede estaria sendo conduzida em 2016.

A própria Rede Escola Pública e Universidade distribuiu e apresentou, no referido Colóquio, um documento preliminar de diagnóstico sobre a movimentação de escolas e matrículas entre 2015 e 2016, apontando um aumento do número de alunos e uma diminuição do número de classes no referido período, o que poderia indicar um processo de recrudescimento da lotação de turmas. O documento apresenta dados demográficos e de atendimento escolar, e demonstra que as tendências populacionais, o fluxo escolar e a migração inter-redes não indicam de modo consistente uma tendência à redução da demanda educativa, ao que se soma o estoque de pessoas com baixa escolaridade a serem atendidas pela modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ao final questionávamos: “como se explica a redução do número de salas em

2016, sem que tenha ocorrido expressiva redução nas matrículas?” (ver documento completo no *Anexo I*).

A presente Nota Técnica, portanto, objetiva apresentar ao público os resultados consolidados das análises que se seguiram ao Colóquio e assim contribuir com informações úteis ao processo de controle judicial em curso através de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública (Proc. nº 1049683-05.2015.8.26.0053). Esperamos que este material seja disseminado e discutido por todos os atores interessados no aprimoramento da gestão democrática e das políticas educacionais no Estado de São Paulo.

I. Inconsistências e lacunas no documento da SEE-SP em resposta à Ação Civil Pública (ACP)

A resposta oferecida pelo Estado de São Paulo, através de sua Secretaria da Educação, aos questionamentos do Poder Judiciário quanto à possível existência de uma “reorganização gradual e disfarçada” na rede estadual apresentou-se como uma oportunidade da pasta esclarecer à sociedade o modo como vem conduzindo a política educacional em 2016, tendo em vista a decisão liminar e o posterior compromisso, firmado em 2015, de suspender a reorganização da rede escolar proposta naquele ano. Uma das determinações surgidas naquela ocasião foi a de se iniciar um amplo debate democrático com a rede de ensino, incluindo estudantes, familiares, profissionais da educação e comunidades, a respeito da reorganização. Entretanto o documento apresentado pela SEE-SP não menciona tal questão, assim como não menciona nenhuma medida tendente a aprimorar os instrumentos democráticos na gestão da educação paulista. Ele se concentra em justificar a movimentação escolar ocorrida em 2016 como algo inerente à dinâmica regular da rede, sem qualquer vínculo com a reorganização proposta e iniciada em 2015. Mesmo circunscrevendo-se a este ponto específico, o documento não consegue ser exaustivo e apresentar evidências concretas de sua argumentação. Ao longo da leitura nos deparamos com diversas inconsistências e lacunas, que passamos a enumerar:

- 1) Embora faça referência a alguns dados extraídos do cadastro da rede estadual referentes aos meses de abril de 2015 e abril de 2016, o documento não faz uma exposição sistemática dessas informações, dando pouca possibilidade ao leitor de verificar as afirmações nele presentes.

- 2) O documento se concentra nas possíveis causas que teriam concorrido para a não abertura de turmas de ingresso em 2016, estas entendidas como turmas de início de ciclo: 1º ano do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), 6º ano do Ensino Fundamental (1º ano do ciclo de Anos Finais) e 1º ano do Ensino Médio. Entretanto, mesmo estabelecendo este como seu principal foco, a Secretaria da Educação não apresenta a lista completa das 158 (cento e cinquenta e oito) escolas que não teriam, em 2016, aberto turmas de ingresso, dificultando a apuração da informação.
- 3) O documento não se debruça na movimentação geral da rede escolar, sendo omissos em relação às escolas que extinguiram e abriram ciclos (e não apenas turmas de ingresso), informação essencial para constatar ou rechaçar a suposta reorganização gradual e disfarçada.
- 4) Há um conjunto de inconsistências no Anexo 2 - Comparativo do número de alunos 2015-2016 por município, elaborado pela SEE-SP, pelos seguintes motivos: em primeiro lugar não é dito a quais etapas e modalidades se referem os dados (Ensino Fundamental e Médio regulares? Inclui EJA? Inclui Educação Infantil?), em segundo lugar porque a soma dos valores tanto da coluna referente a 2016 quanto da coluna referente a 2015 totalizam números muito superiores aos da rede estadual paulista, que, conforme o Censo Escolar de 2015, foi de 3.511.633 matrículas no Ensino Fundamental e Médio regulares, e 161.795 matrículas na EJA Presencial. Tais dados discrepam dos apresentados no Anexo 2, cujas somas em 2015 e 2016 são, respectivamente, 7.586.210 e 7.371.798 matrículas. Tais erros de soma tornam-se ainda mais graves na medida em que sugerem ter havido redução do número total de alunos de 2015 para 2016, quando na verdade houve aumento, conforme comprovam os dados de maio de 2015 e maio de 2016 obtidos por esta Rede via Lei de Acesso à Informação, adiante analisados.

Tendo em vista este quadro de insuficiências e contradições, ficou evidente que apenas uma análise sobre os dados brutos trabalhados pela SEE-SP em sua resposta à ACP poderia nos trazer respostas mais consistentes.

Para isso, fizemos inicialmente uma solicitação à SEE-SP, via Lei de Acesso à Informação, do cadastro de escolas referentes aos meses de abril de 2014, abril de 2015 e abril de 2016. Inicialmente, a SEE-SP recusou-se a oferecer essa informação, decisão avalizada em sucessivos recursos, inclusive pela Ouvidoria Geral do Estado. Porém, uma segunda solicitação de informações manejada pela Rede, agora de dados referentes a 25 de maio de 2016 (data-base

do Censo Escolar do ano corrente) foi atendida pela SEE-SP, no dia 2 de junho de 2016. Assim, embora continuemos sem ter disponíveis os dados referentes a abril de 2016, que, conforme o Estado, são a base do documento apresentado ao Poder Judiciário, sob análise, com os novos dados pudemos realizar um estudo comparativo do cadastro de escolas relativo aos meses de maio de 2015 e maio de 2016, contrastando as informações extraídas com as observações trazidas pelo documento oficial.

II. O argumento demográfico

Em dado momento, o documento oficial, ora analisado, procura justificar a diminuição do número de alunos em algumas escolas, remetendo-a a uma suposta causa de origem demográfica, referente à redução do número de crianças e adolescentes em idade escolar:

Por fim, como já explanado em informações anteriores, o próprio crescimento populacional demonstrou que a população em idade escolar (6 a 17 anos) encontra-se em diminuição. Comparando-se o ano de 2015 e 2016, neste foram projetados cerca de 66 mil crianças e adolescentes a menos em fase de estudos. (ACP, Proc. n. 1049683-05.2015.8.26.0053, fls. 878-9)

Já demonstramos por meio de uma análise mais longa, no documento preliminar de diagnóstico elaborado para o Colóquio *Reorganização em Debate* (Anexo 1), que não há elementos demográficos que justifiquem redução de classes na rede estadual de educação. De qualquer maneira, tendo em vista que o texto se refere a uma projeção demográfica de redução de 66 mil crianças e adolescentes em fase de estudos de 2015 a 2016, esperaríamos poder contrastá-la com a evolução real das matrículas nestes dois últimos anos, de forma a referendar ou não a projeção citada. Infelizmente, o documento apresentado ao Poder Judiciário não traz essa informação.

Nesse sentido, é interessante notar que, ao buscarmos preencher essa lacuna, encontramos uma informação bastante díspar, em comparação com a citada projeção demográfica. Houve, de maio 2015 a maio 2016, não uma diminuição, mas um aumento do número total de alunos na rede estadual e uma simultânea diminuição do número total de classes, implicando, evidentemente, em um aumento, de maneira geral, do número de alunos por sala. É o que podemos notar na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1. Variação no número de matrículas, classes e escolas na rede estadual, ensino presencial, Estado de São Paulo, 2015-2016

ETAPA / MODALIDADE	2015-2016		
	Variação do número de matrículas	Variação do número de classes	Variação do número de escolas que oferecem o ciclo
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	-8.647	-124	-21
Ensino Fundamental (Anos Finais)	-31.033	-1.830	-3
Ensino Médio	38.344	-450	8
Educação de Jovens e Adultos	25.769	246	-16
Total	24.433	-2.158	-32

Fonte: Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro Escolar da SEE-SP, referentes a maio de 2015 e maio de 2016, obtidos através da Lei de Acesso à Informação.

Especialmente no Ensino Médio, notamos um significativo aumento do número de alunos com simultânea diminuição do número de classes, enquanto na Educação de Jovens e Adultos há um aumento do número de alunos com um concomitante aumento do número de classes, muito insuficiente, porém, para dar conta do citado aumento do número de alunos nesta modalidade. Embora seja verdade que no Ensino Fundamental tenha havido de fato uma redução do número de alunos matriculados, ao somarmos a variação do número de alunos dos ensinos Fundamental e Médio obtemos uma variação praticamente nula – variação de menos 1.336 alunos –, muito distante, como se vê, da expectativa de redução de 66 mil alunos na rede. Dessa forma, evidentemente, essa projeção demográfica, não tendo se verificado, não pode servir como justificativa para algum fenômeno que tenha de fato ocorrido em 2016.

É importante notar ainda que exceto para os anos iniciais do Ensino Fundamental, em que a redução do número de classes é compatível com a redução observada no número de matrículas, nos demais casos a variação do número de classes em cada ciclo ou vai na contramão da variação do número de alunos, como ocorre no Ensino Médio, ou, ainda que vá na mesma direção, corresponde a um aumento muito insuficiente para dar conta do aumento observado no número de alunos, como ocorre na EJA. No caso dos anos finais do Ensino Fundamental, essa relação corresponde a uma diminuição relativa significativamente maior no número de classes que a diminuição observada no número de alunos (pensando em parâmetros razoáveis de número de alunos por classe. Assim, somada a diminuição de classes nas etapas fundamental e médio

constatamos 2.404 classes a menos entre 2015 e 2016, considerado o mesmo período de referência (maio de 2015 e de 2016). Além disso, há, de maneira geral, uma diminuição do número de escolas que oferecem cada ciclo de ensino, um dos objetivos da reorganização proposta em 2015.

E por fim, mesmo diante de um cenário onde houve redução de 31.033 matrículas no Ensino Fundamental (anos finais), a decisão pelo fechamento de 1.830 classes não é auto evidente, uma vez que elas têm um potencial para receber mais de 60 mil estudantes; o que coloca o gestor diante da decisão de colocar mais estudantes nas salas restantes (assumindo o prejuízo pedagógico) ou aproveitar a momentânea redução de matrículas para melhorar a relação do número de estudantes por classe em toda a rede. Como demonstrado no *Anexo I*, a demanda por ensino não pode ser considerada apenas pela redução ou aumento anual de procura por matrículas. Por isso devíamos perguntar: quais as taxas de evasão e repetência desta etapa de ensino? Qual o estoque de demandantes (EJA)? Como têm se comportado os fluxos de transferência? Qual o custo financeiro para o Estado fechar e abrir salas apenas considerando o movimento anual de matrículas?

Vemos, dessa forma, que as variações observadas do número de classes em cada ciclo de ensino e do número de escolas que oferecem cada ciclo não podem ser justificadas mediante referências à variação do número de matrículas de alunos ou a projeções populacionais abstratamente consideradas. São, portanto, outras as causas que devem ser buscadas para compreender essas reduções nos números de classes e de escolas que oferecem cada ciclo.

III. Análise dos demais argumentos levantados pela SEE-SP

a) Fechamento de turmas de ingresso nas escolas da rede estadual

A maior parte do documento elaborado pela SEE-SP e apresentado pelo Estado ao Judiciário elenca razões para justificar a não abertura, em 2016, de turmas de ingresso em 158 escolas. Conforme já destacamos, a lista das escolas não foi apresentada.

A partir dos dados brutos relacionados à totalidade das escolas da rede estadual, entretanto, identificamos 165 escolas que, em 2016, não abriram turmas de ingresso em comparação ao ano de 2015. Uma primeira análise foi feita comparando-se esta lista de 165 escolas com duas outras listas, divulgadas no final de 2015 pelo Estado de São Paulo, através da SEE-SP, no âmbito do programa de reorganização escolar: i) Lista das escolas a serem fechadas

(total de 94 unidades); e ii) Lista das escolas a serem reorganizadas (total de 754 unidades)¹. Comparando-se as três listas, obtivemos as informações a seguir, apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2. Número de escolas que não abriram turmas de ingresso em 2016, em relação à presença na listas oficiais de fechamento de escolas e de reorganização escolar

ETAPA / MODALIDADE	Lista de Reorganização	Lista de Fechamento	TOTAL
Ensino Fundamental (Anos Iniciais)	8	4	12
Ensino Fundamental (Anos Finais)	22	8	30
Ensino Médio	10	1	11
TOTAL	40	13	53

Fonte: Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro Escolar da SEE-SP referentes a maio de 2015 e maio de 2016.

O resultado obtido indica que das 165 escolas que não abriram turmas de início de ciclo em 2016, 53 constavam em uma das duas listas divulgadas no programa de reorganização escolar, o que perfaz 32% do total. Isso pode indicar a existência de um processo gradativo de reorganização escolar, uma vez que, nestas 53 escolas, a não abertura de turmas de ingresso coincidiu em sua imensa maioria com o ciclo que seria fechado na unidade, caso a reorganização tivesse sido implantada conforme proposto pelo Estado. Há apenas duas exceções, que são as escolas Valdivino de Castro Pereira, em Guarulhos, e Batura, em Itaquaquecetuba, que não abriram turmas de ingresso nos anos finais do Ensino Fundamental, justamente o ciclo que ambas estavam programadas para oferecer com exclusividade conforme a reorganização. As informações detalhadas sobre as 165 escolas que extinguíram turmas de ingresso em 2016, por ciclo de ensino, podem ser consultadas no *Anexo 2*.

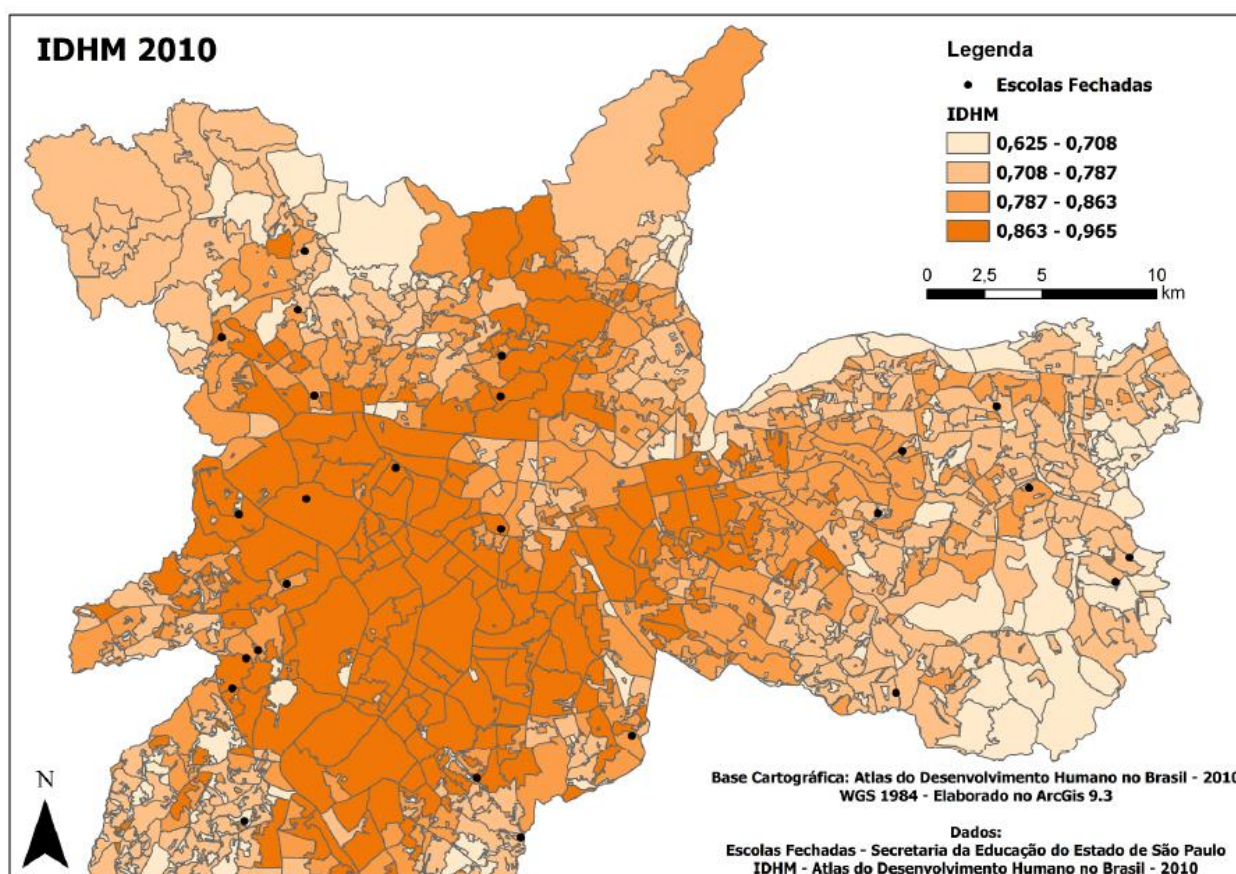
Tais dados demonstram que é maior o número de escolas cujas turmas de ingresso foram fechadas, comparando-se com as informações prestadas pelo Estado de São Paulo ao Judiciário, e que é significativa a participação de escolas que seriam afetadas pelo processo de reorganização no conjunto de escolas que extinguíram turmas de ingresso em 2016, sobretudo de escolas que seriam fechadas pela reorganização.

¹ Fonte: ACP, Proc. n. 1049683-05.2015.8.26.0053.

b) Desenvolvimento humano e escolas estaduais com fechamento proposto no Município de São Paulo

Outro aspecto, que deve ser considerado com destaque na análise da decisão de fechar classes e escolas, é o impacto social que a medida pode gerar. Analisando a localização das escolas que estavam previstas para serem fechadas no processo de reorganização escolar proposto em 2015 percebemos que há uma forte correlação entre estas escolas e a vulnerabilidade social dos territórios em que estão localizadas, como podemos observar no Mapa 1.

Mapa 1. Localização das escolas com fechamento previsto na reorganização proposta pelo Estado de São Paulo, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2010, Município de São Paulo - SP



Evidentemente que a localização espacial das escolas da rede estadual tende a se concentrar nas áreas mais periféricas, mas isto não reduz a importância do impacto que estes fechamentos produzem nestes territórios e também não coadunam com o argumento da redução da fecundidade (menos crianças, menos escolas), uma vez que o número de nascimentos ainda é

maior, exatamente nestas áreas mais vulneráveis. Também é nessas zonas que se concentram os piores indicadores educacionais, por conseguinte, a maior demanda por educação e os maiores estoques de população jovem e adulta com baixa ou baixíssima escolaridade.

c) Variações no tamanho das turmas em 2016

A respeito do tema “lotação de classes”, o documento produzido pela SEE-SP a pedido do Judiciário procura responder às críticas no sentido de que a edição da Resolução SE n. 02/2016, ao ampliar em 10% o número máximo de alunos por classe e, adicionalmente, ao ampliar o referencial de alunos por classe na modalidade EJA de 40 para 45 alunos por sala, estaria promovendo uma maior concentração de alunos por classe, provocando-se assim uma deterioração das condições de ensino-aprendizagem.

Em síntese, o documento argumenta que esse limiar de 10% estabelecido pela Resolução SE n. 02/2016 não teria repercussão efetiva sobre a situação da rede, estando relacionado apenas a situações de exceção, vejamos:

Advertimos que o acréscimo de 10% (dez por cento) aos referenciais estabelecidos não é regra; são excepcionalidades que podem vir a existir quando a demanda, devidamente justificadas, assim o exigir. Elas são pontuais e geograficamente concentradas, tais como: extremos Sul e Leste da Capital, Carapicuíba, Diadema, Suzano e São José dos Campos e Campinas. Os fatores para este cenário ocorrem em virtude de ser regiões de concentração populacional, regiões que, recentemente, receberam novos conjuntos residenciais populares, áreas de proteção ambiental, entre outros. Atualmente, 99,5% das classes da rede estadual estão constituídas de acordo com a Resolução SE n. 02/2016, ou seja, dentro do módulo estabelecido. (ACP, Proc. n. 1049683-05.2015.8.26.0053, fls. 880).

Lembramos que a Resolução SE n. 02/2016 estabelece os seguintes referenciais de número de alunos por classe, de acordo com as modalidades de ensino:

Artigo 2º - As classes de alunos serão constituídas, de acordo com os recursos físicos disponíveis e na conformidade dos seguintes referenciais numéricos:

I – 30 alunos, para as classes dos anos iniciais do ensino fundamental;

II – 35 alunos, para as classes dos anos/séries finais do ensino fundamental;

III – 40 alunos, para as classes de ensino médio;

IV – 45 alunos, para as turmas de educação de jovens e adultos, nos níveis fundamental e médio.

§1º – As classes organizadas com vistas a ampliar, diversificar ou recuperar aprendizagens dos alunos, bem como aquelas que visam ao atendimento pedagógico especializado, atenderão às respectivas especificidades de acordo com a legislação pertinente.

§2º – Excepcionalmente, quando a demanda, devidamente justificada, assim o exigir, poderão ser acrescidos até 10% aos referenciais estabelecidos nos incisos de I ao IV deste artigo. (Resolução SE n. 02/2016, grifos nossos).

A leitura do documento da Secretaria da Educação leva-nos a crer, dessa forma, que 99,5% das classes da rede estadual teriam número de alunos por classe abaixo dos valores-referência acima, com apenas 0,5% das salas excedendo esses números em até 10% – o que de fato configuraria o caráter de excepcionalidade propugnado. Como evidência que corroboraria essa afirmação, o documento oficial apresentado ao Judiciário faz referência às médias de alunos por classe, para cada etapa de ensino, médias que estariam abaixo desse limite, concluindo que “nos últimos 05 (cinco) anos, a formação das classes, por tipo de ensino, tem se apresentado de forma estável e até abaixo dos referenciais propostos” (ACP, Proc. n. 1049683-05.2015.8.26.0053, fl. 881).

O uso de médias, entretanto, não é o recurso estatístico adequado à questão que se coloca, ou seja, saber se há e quantas classes se encontram acima dos limites estabelecidos pela SEE-SP, uma vez que existe uma dispersão de valores de alunos por classe em torno de seus valores médios. Para uma análise mais significativa, será necessário levar em conta a distribuição do número de classes em termos das quantidades de alunos por classe, analisando os gráficos dessas distribuições e calculando não apenas os valores médios de alunos por classes, como também outras medidas estatísticas relevantes: modas e desvios-padrão.

Para aferir as afirmações fornecidas pelo documento da SEE-SP, utilizando os dados a que temos acesso (cadastro escolar correspondente aos meses de maio de 2015 e maio de 2016), calculamos as médias e os desvios-padrão do número de alunos por classe em cada etapa e modalidade de ensino, bem como a fração de classes que estaria acima dos limites estabelecidos pela Resolução SE n. 02/2016. Os resultados obtidos indicam situação bem diferente da apontada pelo documento oficial do Estado em resposta à ACP.

Para estimar o número de alunos em cada classe, utilizamos o seguinte procedimento. Para cada escola e para cada ano/série, verificamos no Cadastro o número de classes formadas e o número de alunos, obtendo assim a média de alunos por classe associada àquele ano/série e escola específica. Evidentemente, é possível que haja, em uma mesma escola e em um mesmo ano/série, turmas com mais e com menos alunos, o que não foi possível levar em consideração por dispormos dos dados de cada turma específica. Se essa informação estivesse disponível e fosse levada em consideração, a dispersão do número de alunos por classe seria ainda maior do que aquela que obtivemos. Nosso cálculo representa, portanto, um limite inferior para o valor dessa dispersão.

A partir dessa informação, construímos, para cada etapa e modalidade de ensino, gráficos de frequência do número de classes que possuem cada quantidade de alunos por classe, obtendo

também a média de alunos por classe, moda, desvio-padrão e número de classes que estão acima do limite estabelecido pela Resolução SE n. 02/2016. Os resultados estão nas tabelas 3, 4, 5 e 6 a seguir e nos gráficos 1, 2, 3 e 4 desta Nota.

Como afirmamos anteriormente, a análise do número médio de alunos por classe é insuficiente e até mesmo inadequada para diagnosticar a situação de lotação de classes.

Analisando os gráficos a seguir, notamos uma diferença significativa entre a média de alunos por classe em cada etapa e modalidade e a moda, quer dizer, o valor de alunos por classe que é mais frequente em cada etapa e modalidade (os picos de cada gráfico). As modas, em cada etapa e modalidade, são significativamente maiores do que as médias, indiciando uma grande concentração de turmas com mais alunos por classe do que a média.

Gráfico 1 - Frequência do número de salas em função do número de alunos por sala para os anos iniciais do Ensino Fundamental, Estado de São Paulo, 2015-2016

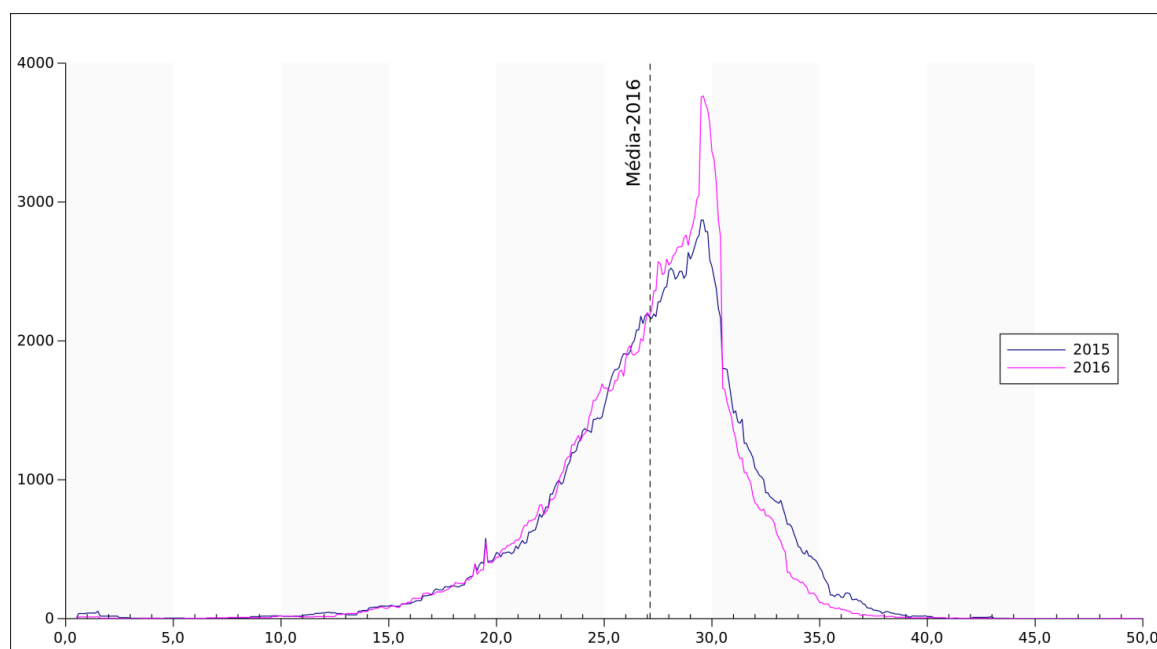


Gráfico 2 - Frequência do número de salas em função do número de alunos por sala para os anos finais do Ensino Fundamental, Estado de São Paulo, 2015-2016

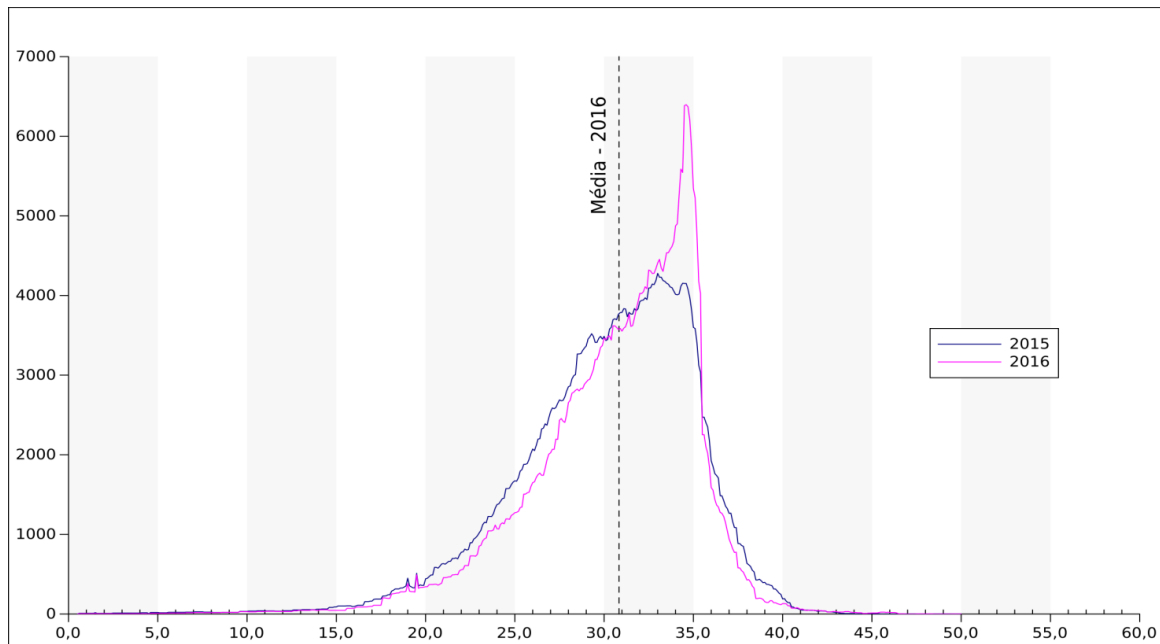


Gráfico 3. Frequência do número de salas em função do número de alunos por sala para o Ensino Médio, Estado de São Paulo, 2015-2016

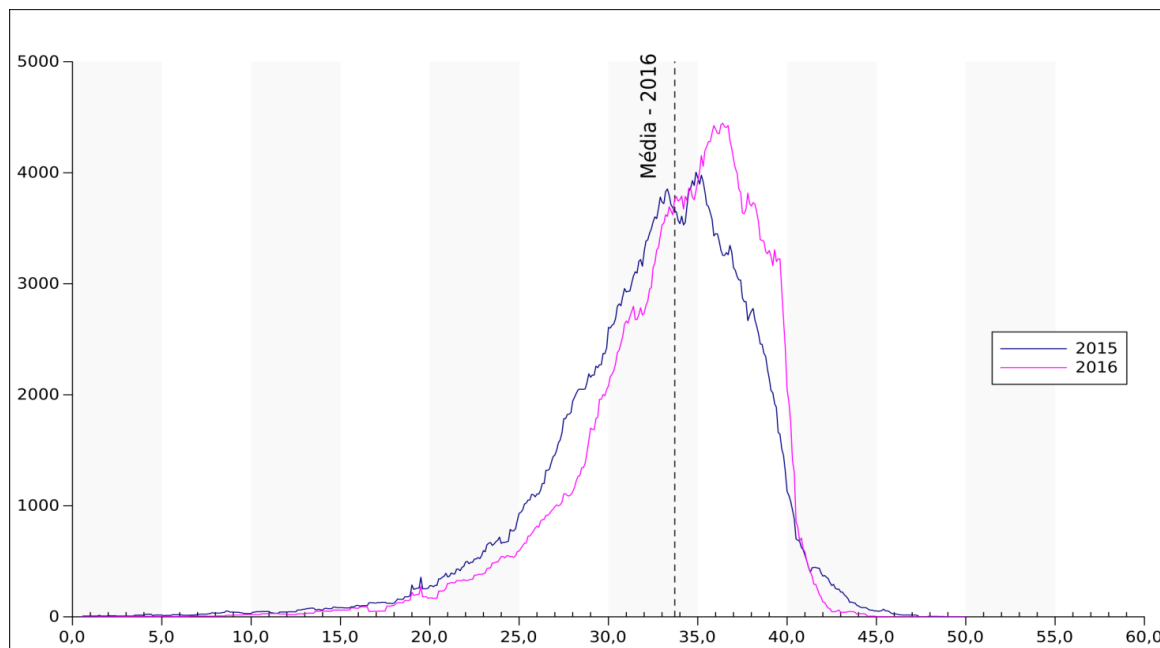
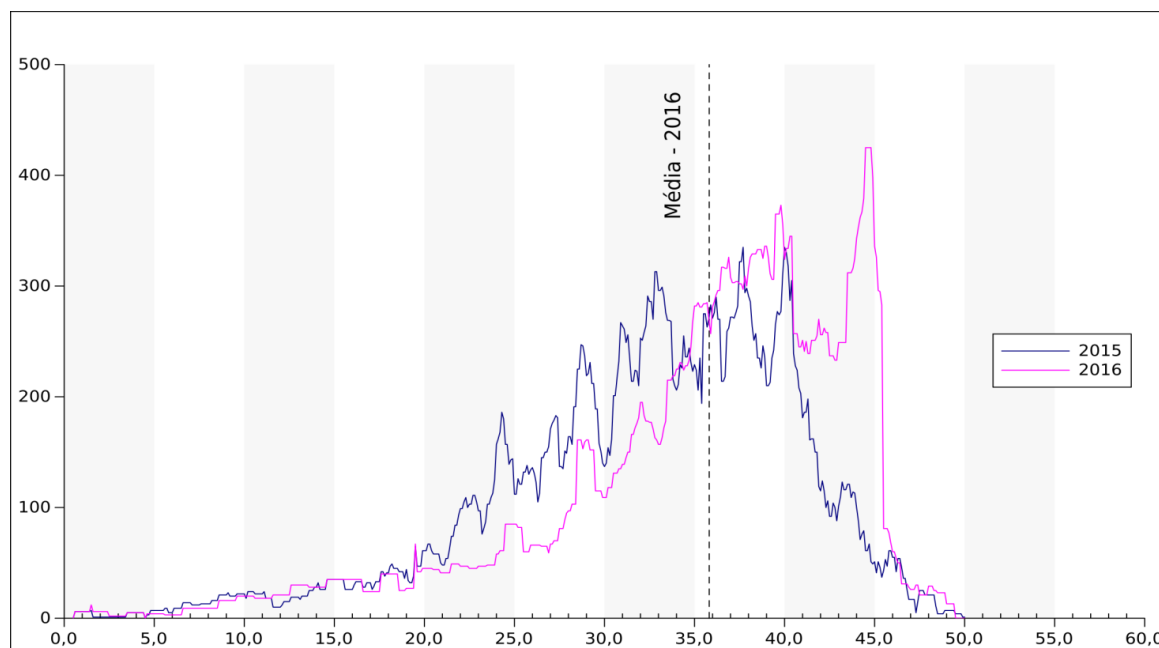


Gráfico 4. Frequência do número de salas em função do número de alunos por sala para a Educação de Jovens e Adultos presencial, Estado de São Paulo, 2015-2016



Fonte: Gráficos 1 a 4, Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro escolar referentes a maio de 2015 e maio de 2016.

A forma dos gráficos não é simétrica, mas com seu máximo deslocado para a direita, indicando uma “preferência” por classes com muitos alunos, tendência que se mostra intensificada nos gráficos relativos a 2016. Podemos notar essa característica na *Tabela 3* abaixo, que sintetiza a comparação entre as médias e as modas de alunos por classe em cada ano, permitindo assim verificar o movimento ocorrido no contexto da reorganização escolar proposta pelo Estado de São Paulo:

Tabela 3. Médias e modas do número de alunos por classe na rede estadual de São Paulo

ANO	EF (Anos Iniciais)		EF (Anos Finais)		EM		EJA (Presencial)	
	Média	Moda	Média	Moda	Média	Moda	Média	Moda
2015	27,4	30,0	30,3	33,0	32,5	35,0	32,5	36,0
2016	27,1	30,0	30,8	35,0	33,7	37,0	35,8	45,0

Fonte: Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro Escolar da SEE-SP referentes a maio de 2015 e maio de 2016.

É importante destacar que as modas de alunos por classe, aumentaram em quase todas as etapas e modalidades de ensino de 2015 a 2016,, permanecendo constantes apenas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Em todas as demais, a moda aumentou significativamente: 2 alunos por classe nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio e 9 alunos por classe na EJA. Também notamos que, em 2016, exceto para o Ensino Médio, nas demais etapas e modalidades a moda de alunos por classe é exatamente igual aos referenciais estabelecidos pela Resolução SE n. 02/2016, o que, especificamente no caso da EJA, pode denotar uma adequação normativa à realidade de maior lotação de turmas. Isso porque particularmente intenso foi o aumento na moda de alunos por classe na modalidade EJA, que saltou de 36 alunos para 45 alunos por classe, mostrando que o aumento dos valores de referência (de 40 para 45) para essa modalidade definidos pela Resolução SE n. 02/2016 teve implicações diretas na realidade escolar. Ou seja, é possível que a própria Resolução tenha sido elaborada visando normatizar e formalizar tal realidade.

Outra medida estatística importante para a análise é o desvio-padrão. Essa grandeza permite-nos ter uma medida da variação média do número de alunos por classe com relação à média. De forma aproximada, podemos dizer que o intervalo $m \pm \sigma$ (média mais ou menos o desvio-padrão) contém a maioria das classes enquadradas nessa situação (algo em torno de 65%). Vemos na *Tabela 4*, abaixo, que essa variação média de alunos por classe gira em torno de 5 alunos, para mais ou para menos, na educação básica regular, enquanto na modalidade Educação de Jovens e Adultos gira por volta de 8 alunos para mais ou para menos.

Tabela 4. Desvios-padrão do número de alunos por classe na rede estadual de São Paulo

ANO	EF (Anos Iniciais)	EF (Anos Finais)	EM	EJA (Presencial)
2015	4,5	5	5,5	8,2
2016	4	4,6	4,9	8,4

Fonte: Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro Escolar da SEE-SP referentes a maio de 2015 e maio de 2016.

Vemos que se somarmos os valores médios da *Tabela 3* aos desvios-padrão da *Tabela 4* os valores de referência estabelecidos pela Resolução SE n. 02/2016 são superados no ensino fundamental (séries iniciais e finais) e ficam próximo ao limite no ensino médio e EJA, indicando que parte significativa das classes terá mais alunos do que esses valores de referência. Podemos verificar isso com maior precisão na *Tabela 5* abaixo, em que constatamos que a

informação veiculada de que atualmente 99,5% das classes estariam dentro do “módulo estabelecido” pela Resolução SE n. 02/2016 está bastante distante da realidade apurada. Ao invés disso, podemos dizer que 14% das classes estão acima da referência estabelecida. Particularmente preocupante é a situação dos anos iniciais do Ensino Fundamental, que apresenta 24% das classes com mais alunos do que a referência estabelecida pela própria Resolução SE n. 02/2016.

Tabela 5. Número de classes com mais alunos que a referência estabelecida pela Resolução SE n. 02/2016

ETAPA / MODALIDADE	Valor de referência (alunos)	Classes em 2015	Fração do total	Classes em 2016	Fração do total
EF – Anos Iniciais	30	6.410	28%	5.622	24%
EF – Anos Finais	35	6.964	15%	6.904	16%
EM	40	1.974	4%	1.792	4%
EJA Presencial	45	137	3%	401	8%
TOTAL		15.485	13%	14.719	13%

Fonte: Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro Escolar da SEE-SP referentes a maio de 2015 e maio de 2016.

Embora o documento oficial apresentado pelo Estado de São Paulo em resposta à demanda judicial de fato dê a entender que a sua quantificação do número de classes com mais alunos que o padrão seria feita com base nos valores de referência estabelecidos na Resolução SE n. 02/2016, podemos conjecturar que o índice de 99,5%, citado no documento, diga respeito ao número de salas que excederiam não a referência estabelecida, mas sim o excedente máximo de 10% de alunos por classe com relação aos valores de referência, autorizados em caráter excepcional pela mesma resolução. Para verificar essa possibilidade de interpretação, calculamos, na *Tabela 6* abaixo, o número de classes acima desse limite máximo, que corresponde a situações não previstas na legislação, nem mesmo como casos de exceção.

Tabela 6. Número de classes com mais alunos que o limite máximo de excepcionalidade estabelecido pela Resolução SE n. 02/2016

ETAPA / MODALIDADE	Valor de referência (alunos)	Classes em 2015	Fração do total	Classes em 2016	Fração do total
EF – Anos Iniciais	33	1.799	7,7%	929	4,0%
EF – Anos Finais	38	1.134	2,5%	757	1,8%
EM	44	173	0,4%	24	0,1%
EJA Presencial	49	20	0,4%	13	0,5%
TOTAL		3.126	2,6%	1.723	1,5%

Fonte: Rede Escola Pública e Universidade. Baseado nos dados brutos do Cadastro Escolar da SEE-SP referentes a maio de 2015 e maio de 2016.

Vemos que, ainda assim, o número de classes acima daquilo que é o limite máximo permitido pela Resolução – limite que caracterizaria já o máximo permitido mesmo em situações de excepcionalidade – gira, para o ano de 2016, em torno de 1,5% do total de classes nas etapas e modalidades consideradas, bem superior, portanto, ao valor de 0,5% que o documento da SEE-SP anuncia, caso seja essa a interpretação dele extraída.

Outro elemento que chama a atenção na análise dessas distribuições estatísticas diz respeito a uma certa diminuição do desvio-padrão dos valores, que ocorre no ano de 2016. Exceto para a modalidade EJA, nas demais modalidades de ensino há uma significativa diminuição na dispersão dos dados, com mais classes se concentrando próximas à moda do número de alunos por classe, como pode ser facilmente verificado pela observação, nos gráficos acima apresentados, do aumento, em 2016, da altura do pico de escolas correspondente à moda de alunos por classe de cada etapa e modalidade. Se, por um lado, essa diminuição poderia ter um significado benéfico, por implicar uma diminuição de número de classes em situações extremas, por outro lado, leva-nos a questionar a respeito da política pública que foi implementada para produzir tal efeito, uma vez que parece difícil supor que ele ocorra “naturalmente”, ou que seja efeito do acaso. Terá resultado esse efeito de uma transferência planejada da matrícula de alunos entre escolas que estavam em situações distantes da moda (com muito poucos ou com muitos alunos por classe), implicando na extinção de classes em algumas escolas e na criação de classes em outras? Essa é uma pergunta que não temos, no momento, condições de responder.

ANEXO 1

Colóquio “Reorganização em debate: as políticas educacionais e os movimentos de resistência” (São Paulo, SP: 16/04/2016)

Texto informativo de subsídio ao debate (versão preliminar)

Este informativo tem como objetivo refletir sobre a proposta de reorganização escolar da rede estadual paulista, problematizando os fundamentos e alguns aspectos da operacionalização desta iniciativa.

A proposta da rede de pesquisadores é pensar a gestão escolar e a qualidade do ensino público como elementos indissociáveis do processo educativo, entendendo que as dimensões do direito à educação, da demanda social por ensino e do planejamento escolar devem ser integradas.

Ter direito à educação pública significa disponibilizar um número suficiente de vagas escolares para atendimento a todos, mas, além disso, significa proporcionar acesso equânime, assegurando que a infraestrutura e as condições socioeconômicas não gerem desigualdades; significa ainda, um ensino que aceita e reconhece as tradições e manifestações culturais, a materialidade, as diferenças e a organização social dos grupos que frequentam a escola, e que se adapte e inter-relacione com as demandas socialmente referenciadas que se apresentam hoje e se projetam para o futuro. Nesse sentido, atender o direito de todos à educação, nessa sociedade, exige que o diagnóstico (demográfico, econômico, cultural, político e social) seja realizado de modo participativo e pedagógico; e que a consequente formulação e implementação das políticas públicas educacionais, dele decorrentes, expressem um planejamento consistente com a educação que se objetiva e se partilha socialmente.

Como informa a página virtual da SEE <http://www.educacao.sp.gov.br/reorganizacao/> “O processo de Reorganização Escolar, que amplia o número de escolas com ciclo único, foi adiado pelo Governo do Estado, a fim de ampliar o diálogo com pais, alunos e comunidade escolar. A proposta favorece a gestão das unidades e possibilita a adoção de estratégias pedagógicas focadas na idade e fase de aprendizado dos alunos”.

A proposta de reorganização escolar da SEE trazia dois argumentos principais:

“Com a divisão das escolas por ciclo, algumas unidades terão apenas alunos de 6 a 10 anos; outras receberão os adolescentes de 11 a 14 anos; outras serão exclusivas para jovens entre 15 e 17 anos”.

“A proposta da reorganização escolar pretende, por meio da divisão por idades, oferecer uma escola mais preparada para as necessidades de cada etapa de ensino e atenta à nova realidade das crianças e jovens”.

“As escolas que oferecem apenas um ciclo – 1º ao 5º do Ensino Fundamental, 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental ou Ensino Médio – são mais fáceis de administrar, pois a divisão permite que a equipe gestora, diretores e coordenação, tracem estratégias pedagógicas focadas nas necessidades de aprendizado do público atendido. A medida facilita também o planejamento das aulas pelos professores”.

“Entre os benefícios da medida também está a redução nos conflitos entre alunos de idades diferentes”

Este argumento foi fundamentado pelo ensaio “Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos”, produzido pela Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional (CIMA) da SEE em agosto de 2015.

As inconsistências e insuficiências do referido ensaio já foram tratadas no documento “Análise da

política pública de Reorganização Escolar proposta pelo governo do Estado de São Paulo”, produzido por professores da UFABC, em novembro de 2015, e utilizado pelo Ministério Público Estadual para suspender o processo de reorganização.

O segundo argumento principal para a reorganização proposta pela SEE:

“A Educação utilizou como base o levantamento realizado pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados), que apontou tendência de queda de 1,3% ao ano da população em idade escolar no Estado de São Paulo. Entre os anos de 1998 e 2015, a rede estadual de ensino perdeu 2 milhões de alunos”.

Com o título “Levantamento sobre a evolução das matrículas no ensino básico estadual” o documento produzido pela Fundação SEADE em setembro de 2015 tinha como objetivo “(...) apresentar algumas importantes transformações demográficas, políticas e econômicas pelas quais o Estado tem passado, bem como analisar seus impactos nas políticas educacionais de São Paulo”.

Pautado neste argumento/documento vamos realizar uma análise da demanda social por ensino considerando as matrículas e o estoque de estudantes potenciais (população fora da escola) na rede estadual, as mudanças populacionais (demográficas) e o cenário econômico.

Em primeiro lugar, reivindicamos maior transparência (deve-se publicar sempre os dados brutos, com tratamento a fim de eliminar inconsistências, mas permitindo que qualquer cidadão possa reproduzir agregações, frequências etc.), tendo um espaço na página da secretaria estadual onde estejam disponibilizados os dados considerados oficiais. Evitando assim, movimento de informações com registros de base diferente; por exemplo, o INEP publica todos os anos seus relatórios do censo escolar, mas também os microdados.

Por exemplo, no ensaio “Escolas estaduais com uma única etapa de atendimento e seus reflexos no desempenho dos alunos”, produzido pela CIMA, o dado na tabela do documento continha 2.848 escolas que atendiam anos finais do Ensino Fundamental (EF) e Ensino Médio (EM), já na tabela enviada pela SEE, por meio do sistema de acesso a informação ao cidadão o número era de 2.879 escolas. Além disso, nesta mesma tabela enviada, os dados de matrícula do EM de 2014 e 2015 estavam repetidos (idênticos).

Estas e outras diferenças encontradas na informação, evidentemente, estão relacionadas à forma de sistematização do dado a cada pedido ou demanda. O que poderia ser evitado se houvesse uma fonte oficial disponibilizada na página da secretaria e que poderia apresentar o fluxo de matrículas de forma corrente.

Vamos nos reportar, nesta análise, aos dados que recebidos do sistema de informação estadual (acesso a lei de transparência), respondido pela SEE, e que tem como base: o censo escolar nacional INEP, até 2014, e que, portanto tem como referência "Número de alunos matriculados e efetivamente frequentando a escola no Dia Nacional Censo Escolar, última quarta-feira do mês de maio"; os dados de 2015 foram retirados do Diário Oficial da União; e os de 2016 que tiveram como fonte o cadastro de matrícula da SEE de janeiro de 2016.

Tendências das matrículas no período 2000 a 2014:

O documento da Fundação Seade (SEADE, 2015) afirma que no período de 2000 a 2014 as matrículas no EF anos iniciais e finais e no EM caíram de 5,6 milhões para 3,8 milhões de alunos, portanto uma queda de 1,8 milhões de matrículas no período. Como explicação para esta queda o documento correlaciona dois fatores: aumento das matrículas da rede municipal (no período 700 mil) e da rede particular (no

período 265 mil); e queda da população na faixa etária de 6 a 17 anos no período de 8,1 para 7,1 milhões de crianças e adolescentes (redução de 1 milhão). Observe-se que a conta não fecha: $700+265+1000=1,965$ milhão; enquanto a redução das matrículas na rede estadual paulista teria sido de 1,8 milhão.

A seguir, analisaremos as variáveis demográficas mencionadas pela Fundação Seade, lembrando porém que a demanda e o atendimento escolar são afetados também pelo fluxo, dependente dos índices de reprovação e abandono escolar que, somados, representavam no conjunto das redes de ensino paulistas 4,8% no Ensino Fundamental e 16,3% do Ensino Médio em 2013, sendo especialmente elevadas na rede estadual (respectivamente 6,1% e 18,5% naquele ano) de acordo com publicação da CIMA relativa ao desempenho escolar.

Primeiro, é importante destacar dois conceitos na análise de fenômenos sociais: componentes demográficos e análises univariadas.

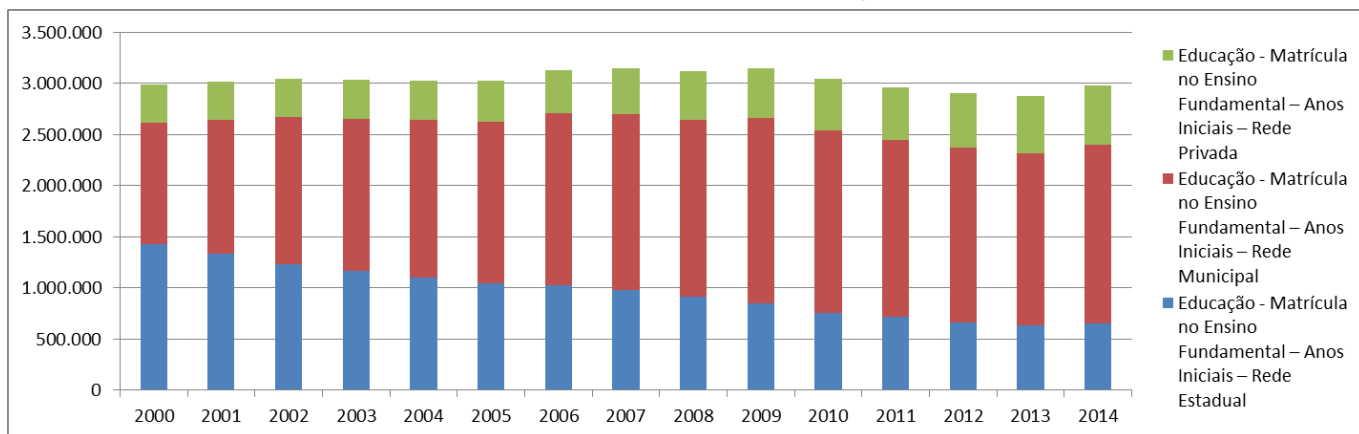
A demografia tem como objeto principal de estudos as mudanças populacionais e, para tal, trabalha com três componentes demográficos (nascimentos, mortes e migração). Desta forma, com os dados que temos disponíveis vamos tentar analisar o fenômeno demográfico imaginando seu impacto nas matrículas da rede estadual SP. Porém, nunca é demais lembrar que a variação nos componentes demográficos (fecundidade, por exemplo) é uma combinação de aspectos sociais e naturais (a cultura, a economia, a saúde pública, fenômenos não esperados como desastres naturais ou melhora nas expectativas de futuro) que podem alterar os ritmos de crescimento ou decréscimo de qualquer um destes componentes. Em projeções demográficas, sempre se trabalha com a extensão do comportamento das taxas no passado como tendência do futuro.

Os economistas, predominantemente, utilizam um conceito de análise univariada (*ceteris paribus*) para simular o efeito de uma variável sobre o fenômeno observado (como se diz, mantidas todas as outras variáveis que influenciam o fenômeno, constantes). Este conceito ajuda a pensar a influência de uma variável, mas, obviamente, gera uma simplificação do fenômeno social criando um modelo imperfeito (representação da realidade).

Matricular-se na escola, por mais que o ensino dos 6 a 17 anos seja obrigatório, depende de um conjunto de fenômenos (todos agindo ao mesmo tempo na realidade concreta) que torna complexa a verificação de impactos demográficos e econômicos nos níveis de matrículas. Vamos refletir sobre alguns destes fenômenos.

As matrículas em análise provêm de fontes oficiais e constam do censo escolar nacional elaborado pelo INEP.

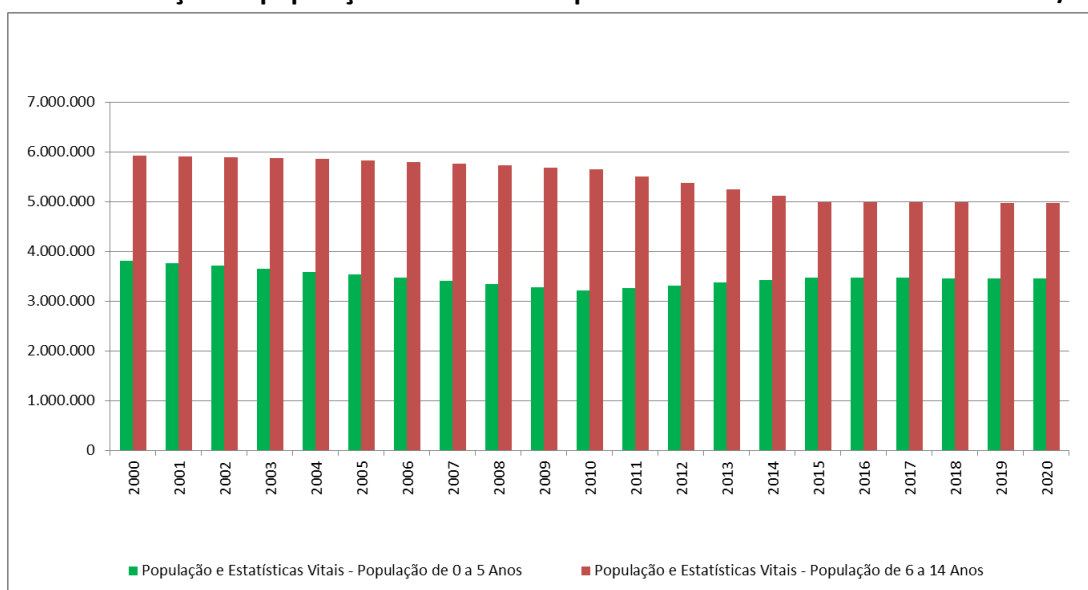
Gráfico 1 - Evolução da matrícula nos anos iniciais do Ensino Fundamental por dependência administrativa – Estado de São Paulo - 2000/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

A tendência das matrículas nos anos iniciais é de estabilidade, no patamar em torno de 3 milhões. O que se diferencia é a tendência de substituição do atendimento na rede estadual para a rede municipal. Esta afirmação fundamenta-se na projeção populacional, considerando os dados do registro civil para crianças na faixa etária correspondente a esta etapa.

Gráfico 2 - Evolução da população de 0 a 14 anos por coorte – Estado de São Paulo - 2000/2014



Fonte: Fundação Seade.

O documento da Fundação SEADE de 2015 corrobora com esta visão (apesar de destacar mais o período de decréscimo que foi de taxas expressivas, aceleradas, de queda da população nas faixas etárias analisadas), pois projeta a população entre 6 e 17 anos com 6,8 milhões em 2030 (redução de 300 mil pessoas, o que demonstra uma forte desaceleração das taxas em relação aos anos recentes. 2008 a 2014).

Importante destacar que o movimento populacional (tábuas de natalidade e mortalidade) demonstra períodos de expansão e retração dos volumes populacionais. A tendência é dada sempre pela base dos grupos etários (aqui demonstrada a partir da faixa etária de 0 a 5 anos). A menos que haja um fato excepcional (fecundidade e mortalidade aumentadas ou diminuídas), o gráfico acima demonstra que há uma tendência de redução a taxas crescentes do grupo base (0 a 5 anos) até o período de 2010 e depois

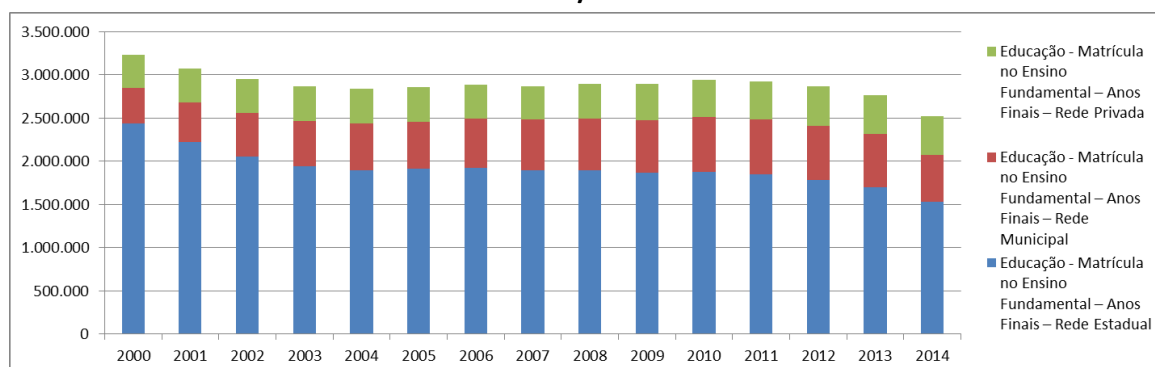
uma inflexão dos movimentos a taxas crescentes e depois estabilização a partir de 2011 (importante destacar que no ano 2010 o dado reflete o censo populacional IBGE e os anos não censitários são projetados pelas tábuas de mortalidade e natalidade do registro civil pela fundação Seade).

Notem que o movimento dos grupos etários apresentados no gráfico funcionam como ondas (janelas demográficas), ou seja, o que ocorre com a população de 0 a 5 anos impacta os dados do grupo etário seguinte nos anos subsequentes, assim, o mesmo movimento de inflexão de queda do volume de população da faixa 0 a 5 anos, já pode ser notado na faixa 6 a 14 anos na projeção até 2020 (estabilidade do crescimento do grupo etário em torno de 5 milhões de pessoas) e depois acontecerá a mesma coisa com os adolescentes de 15 a 17 anos. Isto ocorre por que se trata de uma análise de coorte, ou seja, acompanhar um grupo populacional nascido em determinado período até o seu desaparecimento (morte).

Se a população de 0 a 5 anos se estabilizar em torno de 3,5 milhões de pessoas, então é razoável supor que as matrículas no ensino fundamental dos anos iniciais também se estabilizarão neste patamar (claro que não está considerado aqui o efeito das migrações) e, conseqüentemente, analisando o impacto dos nascimentos e mortes, o mesmo ocorrerá com as outras faixas etárias (etapas de ensino), ou seja, tenderão também à estabilidade de matrículas.

O mesmo pode ser dito (ondas) em relação à etapa seguinte.

Gráfico 3 - Evolução da matrícula nos anos finais do Ensino Fundamental – Estado de São Paulo - 2000/2014

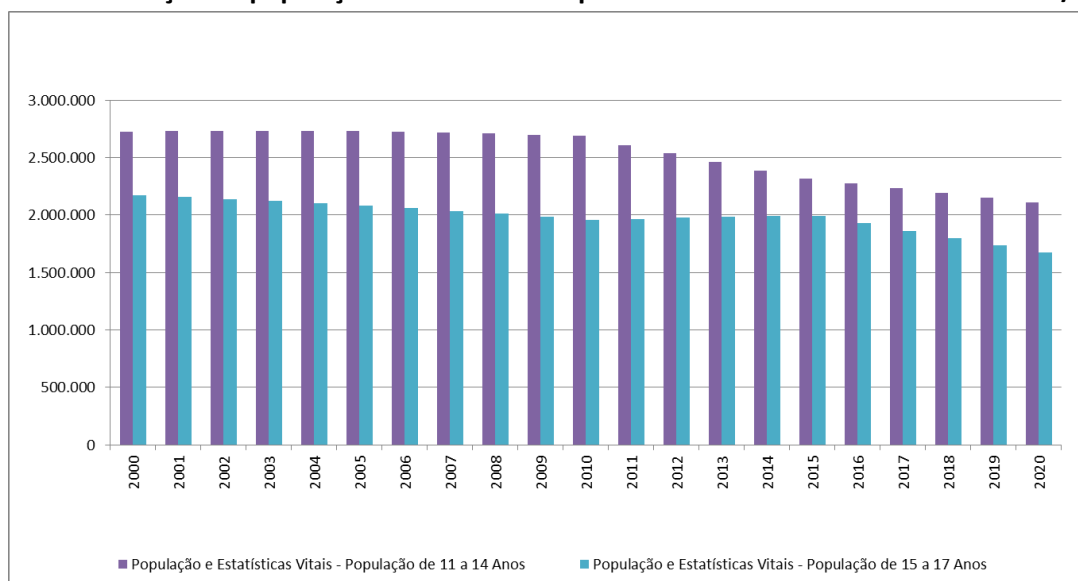


Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

No caso das matrículas dos anos finais do EF nota-se uma tendência de redução no volume de matrículas no período 2000 a 2014. Esta redução se dá essencialmente nas matrículas da rede estadual, não obstante a partir de 2011 a rede municipal também comece a ter queda nas suas matrículas, inflexão em relação de crescimento observado a partir de 2000 e, particularmente uma redução de mais de 60 mil matrículas de 2013 para 2014.

A explicação principal, para as reduções de matrícula nesta etapa de ensino, deve estar relacionada ao movimento demográfico (onda de redução populacional descrita na faixa etária anterior). Notem (Gráfico 4) que a tendência do grupo etário de 11 a 14 anos é de decréscimo a taxas crescentes a partir de 2010.

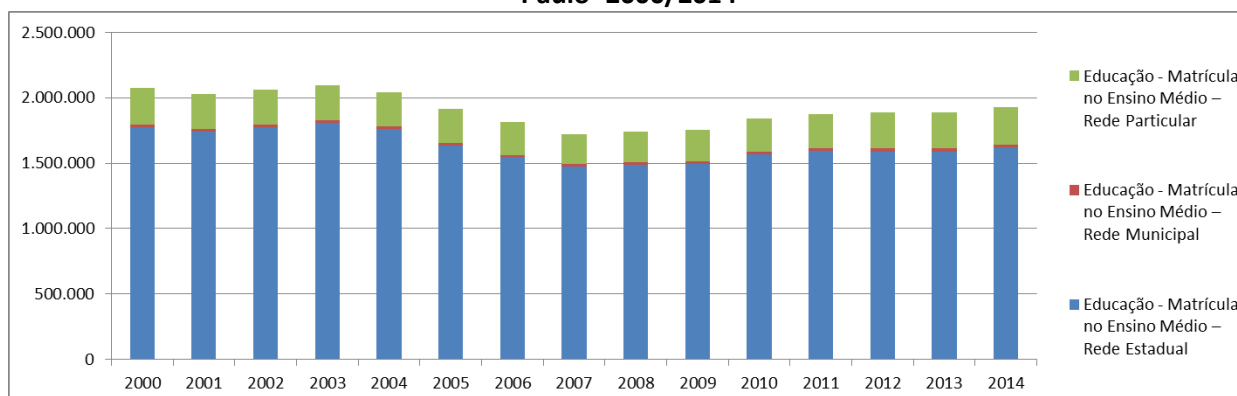
Gráfico 4 - Evolução da população de 11 a 17 anos por coorte – Estado de São Paulo - 2000/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

Isso porque até a etapa do EF a taxa de escolarização líquida é de 103,41%, ou seja, praticamente todas as crianças e adolescentes desta faixa etária ideal estariam frequentando a escola. Claro, que apesar de não ser preponderante para os estudantes de até 14 anos, também há efeitos da conjuntura econômica sobre o trabalho precoce na permanência destas crianças e adolescentes na escola (segundo a PNAD 2014, 51 mil crianças entre 10 e 14 anos estavam ocupadas no Estado de São Paulo na semana de referência da pesquisa), mas este efeito é mais acentuado para os jovens que cursam o EM.

Gráfico 5 - Evolução da matrícula no Ensino Médio por dependência administrativa – Estado de São Paulo -2000/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

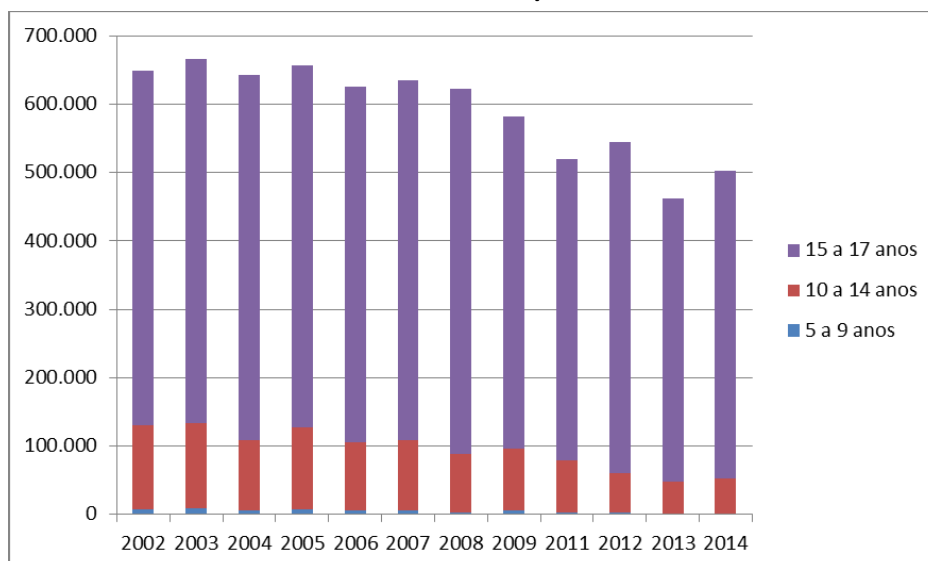
Curiosamente, a etapa do EM mostra uma tendência, no período 2000 a 2014, diferente das etapas anteriores, uma vez que há sucessivos movimentos de crescimento e queda das matrículas no período. Observe-se, primeiro, que o efeito da onda de redução demográfica só deve aparecer a partir de 2015 e, segundo, que até 2014 há um crescente aumento da taxa de escolarização líquida no EM (78,35% em 2014) no Estado de São Paulo.

Nesta etapa o efeito econômico (crescimento, renda e mercado de trabalho) é bastante significativo. E ela se dá, infelizmente, na ocupação de postos de trabalho no mercado informal.

A dinâmica da PEA de 16 a 24 anos nos últimos dez anos sugere que os jovens têm aumentado a participação no mercado de trabalho nos períodos de desaceleração econômica, numa tentativa de recompor o rendimento familiar. Mas isso não necessariamente significa ocupação, pois

entre 2013 e 2014 houve um crescimento da PEA de 16 a 24 anos em 2,7%, mas a taxa de desocupação neste grupo saltou de 14,8% para 16,6% (IBGE, 2015).

Gráfico 6 - Evolução do número de crianças e adolescentes ocupadas por grupos de idade – Estado de São Paulo - 2012/2014

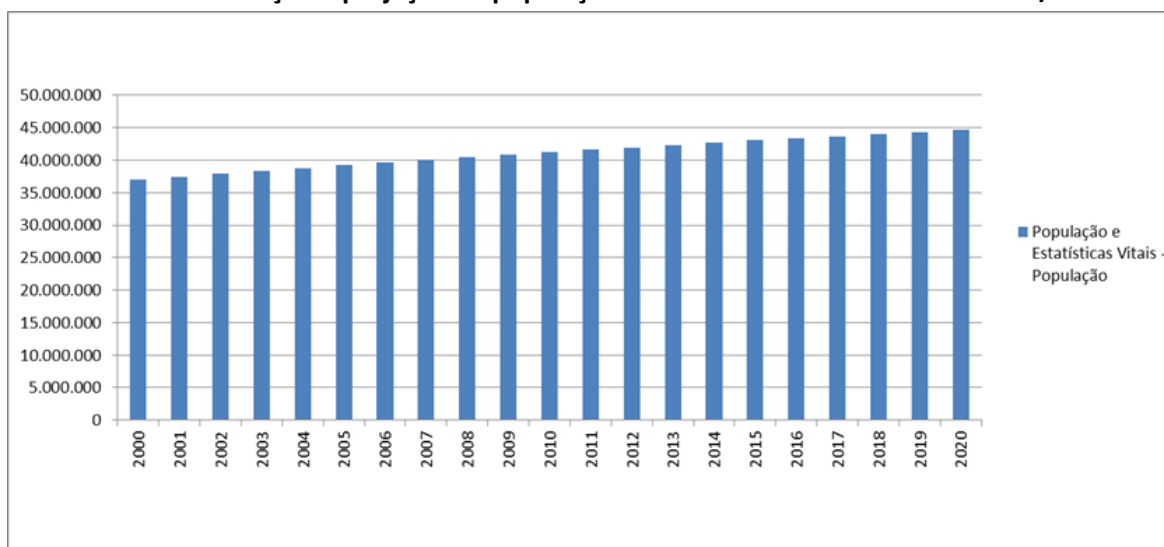


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD 2002/2014

O gráfico anterior mostra que 449 mil adolescentes de 15 a 17 anos, segundo a PNAD 2014, estavam ocupados na semana de referência da pesquisa. Se considerados a faixa dos 15 aos 19 anos este volume salta para 1,196 milhões de jovens e adolescentes.

Os dados do EM, historicamente, demonstram que esta etapa de ensino, tal qual a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é mais suscetível às variações nas condições de vida e consumo. Não por outra razão, há de se questionar o planejamento da oferta de classes que considera apenas o movimento do volume de matrículas, uma vez que, como já demonstrado nos dados da projeção populacional, apesar da onda esperada de queda do volume de população em SP e no país, a tendência pelo menos até 2020 ainda será de estabilidade de volumes populacionais. Sem contar o grande desafio nesta etapa e no grande estoque de escolaridade do EJA, de ofertar educação pública para todos.

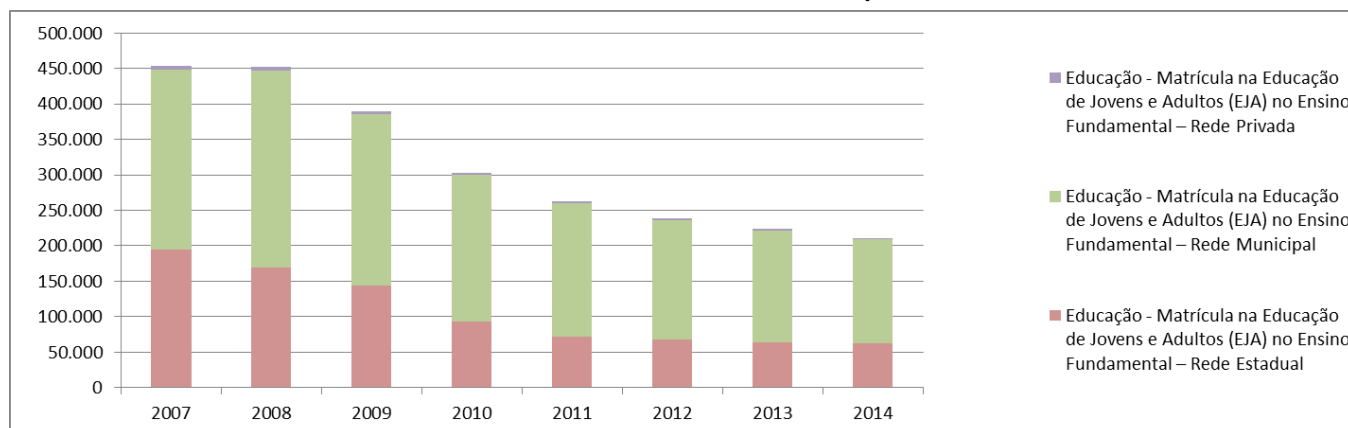
Gráfico 7 - Evolução e projeção da população total – Estado de São Paulo - 2000/2020



Fonte: Fundação Seade.

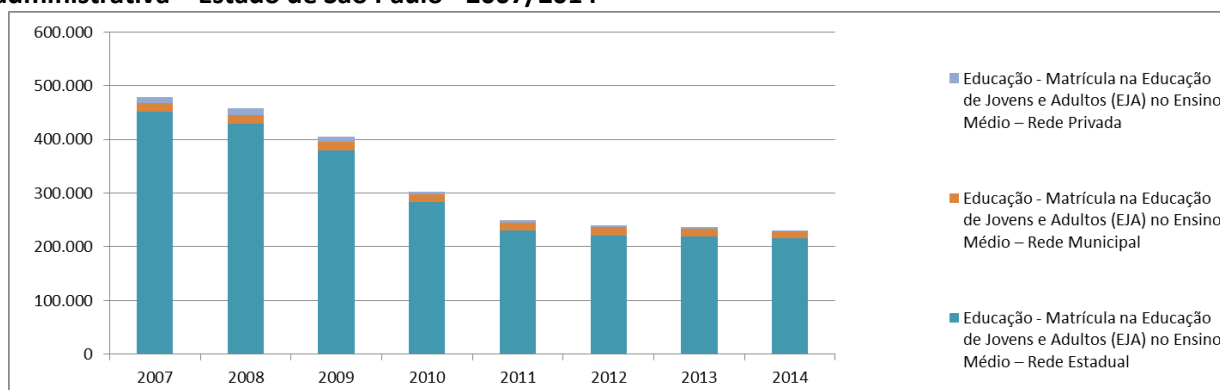
No caso da EJA a situação é dramática, devido à acelerada e persistente redução das matrículas registrada desde 2006, que atinge todas as redes e etapas do ensino básico, sendo, porém, mais acentuada na rede estadual (Gráficos 8 e 9).

Gráfico 8 - Evolução das matrículas no Ensino Fundamental na modalidade EJA por dependência administrativa – Estado de São Paulo – 2007/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

Gráfico 9 - Evolução das matrículas no Ensino Médio na modalidade EJA por dependência administrativa – Estado de São Paulo - 2007/2014



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep. Censo Escolar. Fundação Seade.

Apesar da taxa de analfabetismo absoluto em âmbito estadual tender ao declínio e situar-se abaixo da média nacional (3,7% em 2013), a escolaridade média da população paulista é baixa (a média de anos de estudos da população entre 15 e 64 anos é de 9,63 anos no Estado de São Paulo, segundo PNAD 2014). De acordo com o Censo Demográfico de 2010, dos mais de 32 milhões de paulistas com 15 anos ou mais, 37% não haviam terminado o Ensino Fundamental, e dentre as pessoas com 18 anos ou mais, que totalizavam em 2010 quase 19 milhões de pessoas em todo o Estado, mais de 5 milhões não haviam concluído o Ensino Médio; portanto, a demanda potencial por escolarização básica de jovens e adultos no Estado somava, naquele ano, quase 17 milhões de paulistas.

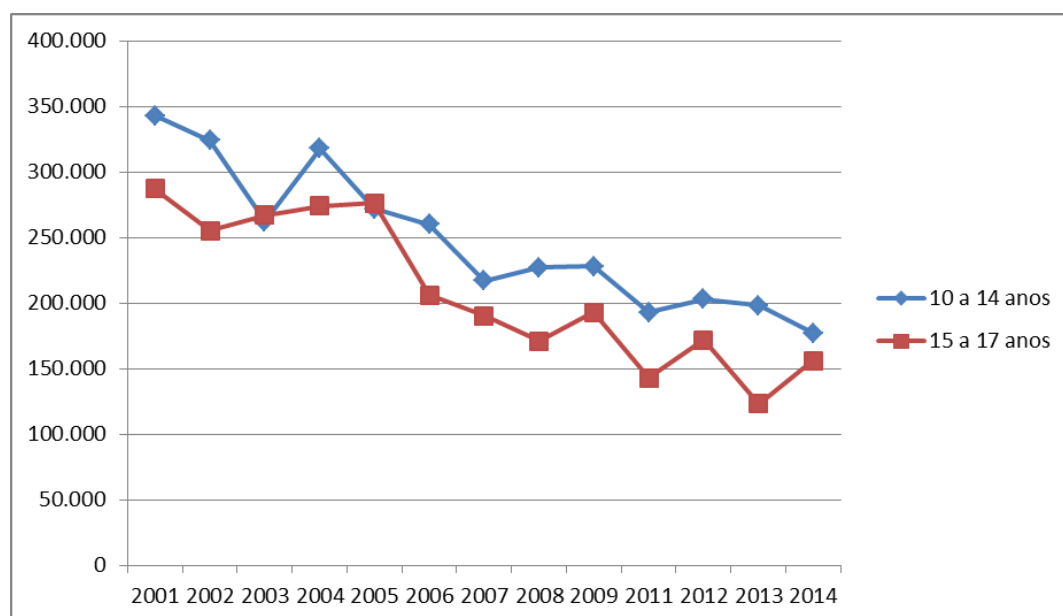
Nesse particular, deve-se considerar que o índice de envelhecimento (proporção de pessoas de 60 anos e mais por 100 indivíduos de 0 a 14 anos) no Estado de São Paulo em 2014 era de 64,32% em 2014, segundo a Fundação Seade; o aumento da razão de dependência dos idosos projeta impactos

socioeconômicos nas esferas do emprego, da renda, da saúde, da previdência e da assistência social, que uma elevação de escolaridade poderia mitigar.

Por fim, além da necessidade de compreensão destas informações desagregadas por regiões (administrativas, municípios, distritos) é igualmente importante que o planejamento da demanda educacional também considere os fluxos das transferências de matrículas (o que na demografia equivale a observar o efeito migratório sobre a composição da população).

O efeito migratório (populacional) é um componente de grande instabilidade para o planejamento escolar. Notem, no gráfico 10, que apesar da tendência, no período 2001 a 2014, de queda no número de não naturais de SP segundo a PNAD (menos imigrantes de outras unidades da federação) a variação é bastante intensa de ano a ano. Por exemplo, do ano de 2013 para 2014 aumentou em 33 mil o número de adolescentes de 15 a 17 anos e reduziu-se em 21mil o número de crianças de 10 a 14 anos.

Gráfico 10 - Evolução do número de pessoas não naturais, por grupos de idade – Estado de São Paulo - 2001/2014



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2014.

Tendências das matrículas no período 2015 a 2016:

Analisamos os dados do cadastro das escolas da rede estadual, obtido da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo através da Lei de Acesso à Informação, e comparamos as situações de 2015 e 2016 em relação a número de alunos, de turmas e de escolas que oferecem cada ciclo de ensino. Os resultados estão resumidos na Tabela 1:

Tabela 1. Variação no número de matrículas, classes e escolas na rede estadual, ensino presencial, Estado de São Paulo, 2015-2016.

Etapas	2015-2016		
	Varição de Matrículas	Varição de Classes	Varição de Escolas que oferecem o ciclo
Ensino Fundamental (séries iniciais)	-628	-184	-23
Ensino Fundamental (séries finais)	-26.433	-1.956	-5
Ensino Médio	70.634	-645	8
Educação de Jovens e Adultos	16.509	19	-39
Total	60.082	-2.766	-59

Fonte: Cadastro de escolas da SEE-SP. Elaboração da Rede Escola Pública e Universidade.

Observou-se, em 2016, um aumento de aproximadamente 70 mil matrículas no Ensino Médio e de 16 mil matrículas na Educação de Jovens e Adultos, o que demandaria a abertura de novas salas de aula. Entretanto, ao invés disso, ocorreu a diminuição de 645 salas no Ensino Médio e um aumento muito pequeno de 19 salas da EJA, implicando em aumento do número médio de alunos por sala nessas etapas e modalidades. Mesmo no Ensino Fundamental, em que houve um recuo de 27 mil alunos matriculados, a diminuição registrada de 2100 salas foi muito mais abrupta, implicando também no aumento do número de alunos por sala nessas modalidades. Com o aumento da lotação das turmas, há uma possível precarização da qualidade de ensino.

O documento da Fundação Seade de 2015 afirma que no período de 2000 a 2014 “O ritmo de queda nas matrículas, combinado com a retração no número de turmas, fez com o tamanho das turmas também diminuísse. Em média, as turmas dos anos iniciais do fundamental tinham 31,3 alunos em 2007, passando 27,8 alunos, em 2014. Nos anos finais a redução foi de 35,4 para 31,2 alunos por turma. No ensino médio, eram 36,6 alunos por turma, agora são 34,3”.

No entanto, constatamos que nos anos seguintes houve uma inversão nessa tendência, com o aumento do número de alunos por turma, sobretudo no Ensino Médio e EJA. Embora tenha ocorrido diminuição da média em todas as etapas entre 2014 e 2015, essa média volta a subir em 2016.

Tabela 2. Evolução da média de alunos por turma por etapa de ensino da rede pública estadual (2014-2016)

Etapa	2014	2015	2016
Ensino Fundamental I (séries iniciais)	27,8	27,4	27,5
Ensino Fundamental II (séries finais)	31,5	30,3	31,0
Ensino Médio	34,2	32,5	34,6
Educação de Jovens e Adultos	35,1	32,5	35,6

Fonte: Cadastro de escolas da SEE-SP. Elaboração da Rede Escola Pública e Universidade.

Com a Resolução 2 do governo paulista publicada no Diário Oficial do Estado em 09/01/2016 que permite ampliar em até 10% o número de alunos por sala de aula na rede estadual de ensino, alterando a resolução de 2008, a SEE aponta para a continuidade do aumento da média de alunos por turma, ao invés de sua diminuição.

Além disso, o levantamento do cadastro das escolas em 2016 mostra uma diminuição do número de escolas que oferecem as diversas modalidades de ensino (exceto no que diz respeito ao Ensino Médio,

onde houve um aumento de 8 escolas). São 23 escolas a menos que oferecem as séries iniciais do Ensino Fundamental, 5 escolas a menos nas séries finais do Ensino Fundamental e 39 escolas a menos na Educação de Jovens e Adultos. Isso significa que diminuiu o número de unidades escolares que a população tem à sua disposição, e que a oferta escolar está, em comparação com 2015, mais concentrada em um número menor de escolas.

Por sua vez, os dados do cadastro, também enviado pelo Sistema de Informação ao Cidadão, com data base de 29/02/2016, mostra outra realidade de fechamento de escolas, conforme se observa na Tabela 2.

Tabela 3. Variação no número de escola na rede estadual, ensino presencial, Estado de São Paulo, 1996-2016.

Tipo de Ensino	Estadual																				
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ens. Fund. Séries/anos Iniciais	2.270	1.891	1.842	1.514	1.399	1.316	1.251	1.215	1.188	1.114	1.087	1.042	1.003	967	895	862	836	830	836	841	842
Ens. Fund. Séries/anos Finais	375	501	500	482	450	427	355	292	242	194	151	151	162	162	168	172	182	206	246	259	277
Ensino Fundamental	1.799	1.394	1.155	921	817	690	521	400	333	308	284	252	224	217	212	222	226	222	211	203	25
Ens. Médio	140	159	159	198	211	233	218	212	225	229	165	173	184	189	222	265	282	317	354	375	405
Ens. Fund. séries/anos Iniciais e Ens. Médio	74	61	54	58	61	60	53	50	51	43	45	42	41	41	44	34	38	32	34	31	33
Ens. Fund. séries/anos Finais e Ens. Médio	1.052	1.304	1.474	1.717	1.855	2.005	2.248	2.404	2.530	2.645	2.713	2.709	2.766	2.810	2.820	2.818	2.866	2.889	2.879	2.875	2.845
Ens. Fund. e Ens. Médio	965	749	744	724	775	750	766	805	835	825	859	875	827	789	720	691	635	578	554	551	521
Escolas Vinculadas	2.333	1.366	1.105	893	809	694	522	507	467	385	348	328	256	238	203	287	294	295	298	296	312
Total	9008	7425	7033	6507	6377	6175	5934	5885	5871	5743	5652	5572	5463	5.413	5.284	5.351	5.359	5.585	5.638	5.431	5.260

Fonte : 1996 a 2015 Censo Escolar e 2016 Cadastro de Alunos

Fonte: 199 a 2015 - Censo escolar

1996 a 2015 - Censo Escolar

2016 - Cadastro de Alunos (29/02)

Algumas questões para esclarecimento e debate:

1. Considerando que a tendência demográfica (ondas), o fluxo escolar e a migração inter redes não indicam de modo consistente uma tendência à redução da demanda educativa, ao que se soma o estoque de pessoas com baixa escolaridade a serem atendidas pela EJA, como se explica a redução do número de salas em 2016, sem que tenha ocorrido expressiva redução nas matrículas?
2. - Como explicar o fechamento de escolas classificadas como de EF (escolas que tem anos iniciais e finais do EF), conforme a Tabela 3, em que passamos de 203 escolas para 25 escolas no período 2015 a 2016 sem uma compensação desse número em unidades de outras categorias?
3. Dados oficiais, fornecidos pelos órgãos da SEESP e consultados no Censo Escolar, evidenciam diferença significativa quanto ao número de salas e matrículas no Ensino Médio em março de 2015, muito díspar daquele declarado no Censo Escolar em maio do mesmo ano, com a ampliação de salas e o “desaparecimento” de mais de 77 mil estudantes do Ensino Médio no intervalo de três meses de apuração de dados. Como se explica tal fenômeno?
4. Como explicar o fechamento de 39 unidades que atendiam a EJA, se houve um substantivo acréscimo de matrículas na modalidade? Em que se fundamenta o processo de nucleação da modalidade?
5. Verifica-se a queda no número de matrículas no Ensino Fundamental II entre 2015-2016 e o fechamento de 1.956 turmas, o que impacta diretamente na média de alunos por turma, que aumentou de 30,3 alunos por turma em 2015 para 31,0 em 2016. Se há diminuição de matrículas e salas disponíveis, porque não investir na diminuição da média de alunos por turma? No caso do Ensino Médio e EJA, há demanda represada e aumento de matrículas ao mesmo tempo em que ocorreu fechamento de turmas e extinção de ciclos em escolas. Qual a finalidade da resolução da SEE que autoriza aumento de 10% no número de alunos por sala, a partir de janeiro de 2016?

ANEXO 2

Escolas de Ensino Fundamental I – não abertura de 1º ano em 2016

DE	MUN	NOMESC	LISTA REORG POR CICLOS (754)	CICLO FINAL PROGRAMADO	LISTA FECHAMENTO (94)
SUL 2	SAO PAULO	RAIMUNDO SERAFIM DE LIMA INSPETOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	REPUBLICA DO PANAMA	SIM	Ensino Médio	NÃO
CAMPINAS OESTE	CAMPINAS	DOM BARRETO	SIM	Ensino Médio	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	DARIO DE QUEIROZ PROFESSOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
LESTE 4	SAO PAULO	SHIRO KYONO DEPUTADO	SIM	Ensino Médio	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	PEDRO BRASIL BANDECCHI PROFESSOR	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	PEDRO ROBERTO VAGHI	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	CARLOS MACHADO BITENCOURT MARECHAL	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
SANTOS	GUARUJA	LAMIA DEL CISTIA	NÃO	-	SIM
SUL 2	SAO PAULO	SINHA PANTOJA	NÃO	-	SIM
SOROCABA	SOROCABA	SALVADOR ORTEGA FERNANDES PROFESSOR	NÃO	-	SIM
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	RUBENS LOPES PASTOR	NÃO	-	SIM
SANTOS	GUARUJA	ARTHUR DE CAMPOS GONCALVES PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	ZILDA ROMEIRO PINTO MOREIRA DA SILVA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
SOROCABA	SOROCABA	ROBERTO PASCHOALICK PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	MATTATHIAS GOMES DOS SANTOS REV	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	ANTONIO AGGIO	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	SOLANGE APPARECIDA LANDEIRO AGUIAR PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	FRANCISCA DE ASSIS FERREIRA NOVAK	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	JARDIM CAPELA II	NÃO	-	NÃO
ITAPECERICA DA SERRA	JUQUITIBA	BAIRRO DOS BARNABES RECANTO DAS ORQUIDEAS	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	JARDIM SAO BENTO III	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	EUDORO VILLELA	NÃO	-	NÃO
ITU	SALTO	MARIA CONSTANCA DE MIRANDA CAMPOS PROFESSORA	NÃO	-	NÃO

LESTE 3	SAO PAULO	BRENNO ROSSI MAESTRO	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	FLAVIO LA SELVA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	MAUD SA DE MIRANDA MONTEIRO PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
ITAPECERICA DA SERRA	ITAPECERICA DA SERRA	JARDIM DO CARMO	NÃO	-	NÃO
CAIEIRAS	FRANCO DA ROCHA	BENEDITO APARECIDO TAVARES PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
CAIEIRAS	FRANCO DA ROCHA	LUIZ ALEXANDRE DOS SANTOS VEREADOR	NÃO	-	NÃO
ITAPECERICA DA SERRA	EMBU-GUACU	CHACARA FLORIDA II	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	IZABEL FERREIRA DOS SANTOS PROFESSORA DONA BELINHA	NÃO	-	NÃO
CAIEIRAS	FRANCO DA ROCHA	IVONE DOS ANJOS DA SILVA CAMPOS PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	CAROLINA CINTRA DA SILVEIRA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
CAMPINAS OESTE	CAMPINAS	MILTON DE TOLOSA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
NORTE 1	SAO PAULO	JARDIM NOSSA SENHORA APARECIDA II	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	MARIA LEDA FERNANDES BRIGO PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
JACAREI	JACAREI	CELISA MERCADANTE FARIA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
ITAPECERICA DA SERRA	ITAPECERICA DA SERRA	JOSE SILVEIRA DA MOTTA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	JOSE ROBERTO FRIEBOLIN PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
SUL 1	SAO PAULO	CLOVIS DE OLIVEIRA PROFESSOR DOUTOR	NÃO	-	NÃO
CAIEIRAS	FRANCO DA ROCHA	ADAIL JARBAS DUCLOS	NÃO	-	NÃO
MIRANTE DO PARANAPANEMA	ROSANA	NUCLEO BONANZA	NÃO	-	NÃO
SOROCABA	SOROCABA	AUGUSTO DA SILVA DOURADO REVERENDO	NÃO	-	NÃO
VOTUPORANGA	NHANDEARA	ANTONIO PERCILIANO GAUDENCIO	NÃO	-	NÃO
SAO VICENTE	PERUIBE	ALDEIA NHAMANDU MIRIM	NÃO	-	NÃO

Escolas de Ensino Fundamental I – não abertura de 6º ano em 2016

DE	MUN	NOMESC	LISTA REORG POR CICLOS (754)	CICLO FINAL PROGRAMADO	LISTA FECHAMENTO (94)
CENTRO OESTE	SAO PAULO	MARTIM FRANCISCO	SIM	Ensino Médio	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	VICENTE LEPORACE	SIM	Ensino Médio	NÃO
CAIEIRAS	FRANCO DA ROCHA	BENEDITO FAGUNDES MARQUES	SIM	Ensino Médio	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	CID AUGUSTO GUELLI PROFESSOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	SEBASTIAO DE CASTRO PROFESSOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	WASHINGTON LUIZ DOUTOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
SERTAOZINHO	SERTAOZINHO	WINSTON CHURCHILL	SIM	Ensino Médio	NÃO
SAO CARLOS	SAO CARLOS	JOSE JULIANO NETO PROFESSOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
LINS	GETULINA	ALFREDO MARCONDES CABRAL CORONEL	SIM	Ensino Médio	NÃO
SAO JOSE DO RIO PRETO	SAO JOSE DO RIO PRETO	PIO X	SIM	Ensino Médio	NÃO
ADAMANTINA	LUCELIA	JOSE FIRPO	SIM	Ensino Médio	NÃO
PRESIDENTE PRUDENTE	PRESIDENTE PRUDENTE	FLORIVALDO LEAL	SIM	Ensino Médio	NÃO
NORTE 1	SAO PAULO	ANA SIQUEIRA DA SILVA	SIM	Ensino Médio	NÃO
SUMARE	SUMARE	LUIZ CAMPO DALL ORTO SOBRINHO	SIM	Ensino Médio	NÃO
LESTE 4	SAO PAULO	ROMEU MONTORO	SIM	Ensino Médio	NÃO
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	JOSE SANCHES JOSENDE PROFESSOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	MARIO BOMBASSEI FILHO PROFESSOR	SIM	Ensino Médio	NÃO
SUZANO	SUZANO	MANUEL DOS SANTOS PAIVA	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	MARIA APPARECIDA RANSANI MAGALHAES PROFESSORA	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
SUL 3	SAO PAULO	LOTEAMENTO DAS GAIVOTAS II	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	VALDIVINO DE CASTRO PEREIRA	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO

ITAQUAQUECETUBA	POA	BATUIRA	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	ARLINDO AQUINO DE OLIVEIRA DOUTOR	NÃO	-	SIM
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	IRACEMA BRASIL DE SIQUEIRA PROFESSORA	NÃO	-	SIM
CAMPINAS LESTE	CAMPINAS	SEBASTIAO RAMOS NOGUEIRA PROFESSOR	NÃO	-	SIM
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	SUELI OLIVEIRA SILVA MARTINS PROFESSORA	NÃO	-	SIM
LESTE 3	SAO PAULO	SALVADOR ALLENDE GOSENS PRESIDENTE	NÃO	-	SIM
GUARATINGUETA	CACHOEIRA PAULISTA	JOAO BASTOS SOARES	NÃO	-	SIM
LESTE 3	SAO PAULO	COHAB INACIO MONTEIRO III	NÃO	-	SIM
AMERICANA	SANTA BARBARA D'OESTE	SONIA APARECIDA BATAGLIA CARDOSO PROFESSORA	NÃO	-	SIM
NORTE 2	SAO PAULO	MIGUEL VIEIRA FERREIRA DOUTOR	NÃO	-	NÃO
CAIEIRAS	FRANCISCO MORATO	CELESTINA VALENTE LENGENFELDER PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	FABIO FANUCCHI PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
CARAPICUIBA	CARAPICUIBA	TOUFIC JOULIAN	NÃO	-	NÃO
SAO VICENTE	SAO VICENTE	YOLANDA CONTE PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
ITAPEVA	CAPAO BONITO	RAUL VENTURELLI DOUTOR	NÃO	-	NÃO
ITAPEVA	ITAPEVA	ZULMIRA DE OLIVEIRA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
CAMPINAS OESTE	VALINHOS	ANTONIO ALVES ARANHA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
CAMPINAS OESTE	CAMPINAS	MILTON DE TOLOSA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
PIRACICABA	SAO PEDRO	JOSE ABILIO DE PAULA	NÃO	-	NÃO
CAPIVARI	RIO DAS PEDRAS	MANOEL DA COSTA NEVES PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
RIBEIRAO PRETO	RIBEIRAO PRETO	GLETE DE ALCANTARA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
SAO CARLOS	RIBEIRAO BONITO	PIRAJA DA SILVA DOUTOR	NÃO	-	NÃO
JALES	SANTA FE DO	ITAEI DE MATTOS PROFESSOR	NÃO	-	NÃO

	SUL				
SAO JOSE DO RIO PRETO	SAO JOSE DO RIO PRETO	BADY BASSIT DEPUTADO	NÃO	-	NÃO
REGISTRO	REGISTRO	FABIO BARRETO DOUTOR	NÃO	-	NÃO
SAO JOSE DO RIO PRETO	SAO JOSE DO RIO PRETO	AURELIANO MENDONCA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
SUMARE	SUMARE	EUCLIDES MIRANDA VEREADOR	NÃO	-	NÃO
SUL 1	SAO PAULO	IBRAHIM NOBRE	NÃO	-	NÃO
DIADEMA	DIADEMA	OLGA FONSECA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
DIADEMA	DIADEMA	TRISTAO DE ATHAYDE	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	JOITI HIRATA	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	LUIS MAGALHAES DE ARAUJO PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	ALLYRIO DE FIGUEIREDO BRASIL PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
ASSIS	PARAGUACU PAULISTA	MARIA ANGELA BATISTA DIAS PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
ITAQUAQUECETUBA	POA	MARIA APARECIDA FERREIRA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE AROEIRA 37 UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE CEDRO UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC ADOLESCENTE VILA LEOPOLDINA UI	NÃO	-	NÃO
JOSE BONIFACIO	MIRASSOL	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE DE MIRASSOL UI	NÃO	-	NÃO
SOROCABA	SOROCABA	CENTRO ATEND SOCIOEDUC ADOLESC DE SOROCABA II -UI	NÃO	-	NÃO
FRANCA	FRANCA	CENTRO ATEND SOCIO-EDUC AO ADOLESC DE FRANCA - UI	NÃO	-	NÃO
PENAPOLIS	BRAUNA	INDIA MARIA ROSA	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	JARDIM ESPERANCA	NÃO	-	NÃO
OSASCO	OSASCO	CENTRO E ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE II UI	NÃO	-	NÃO
SANTOS	CUBATAO	PARQUE DOS SONHOS 9A	NÃO	-	NÃO
ITARARE	BARAO DE ANTONINA	ALDEIA YWY PYHAU	NÃO	-	NÃO
REGISTRO	ELDORADO	ALDEIA TAQUARI	NÃO	-	NÃO
ARARAQUARA	ARARAQUARA	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE DE	NÃO	-	NÃO

		ARARAQUARA UI			
SOROCABA	SOROCABA	CENTRO ATEND SOCIOEDUC ADOLESCENTE DE SOROCABA UI	NÃO	-	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIO-EDUC ADOLESC - VILA CONCEICAO-UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE IPE UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE NOGUEIRA 27 UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE JATOBA 28 UI	NÃO	-	NÃO
SAO VICENTE	PRAIA GRANDE	ANTONIO NUNES LOPES DA SILVA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
DIADEMA	DIADEMA	ORIGENES LESSA	NÃO	-	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	AURELIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
NORTE 1	SAO PAULO	OLINDA LEITE SINISGALLI PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
MOGI DAS CRUZES	MOGI DAS CRUZES	PAULO TAPAJOS	NÃO	-	NÃO
ITAQUAQUECETUBA	POA	PAULO EDUARDO OLINTHO REHDER JORNALISTA	NÃO	-	NÃO
ITAPEVA	RIBEIRAO GRANDE	BAIRRO BOA VISTA INTERVALES	NÃO	-	NÃO
ITAPEVI	ITAPEVI	ELIANA ANDRES DE ALMEIDA SOUZA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	WALDIR RODOLPHO DE CASTRO	NÃO	-	NÃO
GUARULHOS SUL	GUARULHOS	PASCHOAL THOMEU DEPUTADO	NÃO	-	NÃO

Escolas de Ensino Médio – não abertura de 1º ano em 2016

DE	MUN	NOMESC	LISTA REORG POR CICLOS (754)	CICLO FINAL PROGRAMADO	LISTA FECHAMENTO (94)
CARAPICUIBA	CARAPICUIBA	CELSO PACHECO BENTIN PROFESSOR	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
MAUA	MAUA	FLORISBELLA DE CAMPOS WERNECK DONA	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
CARAPICUIBA	CARAPICUIBA	RICARDO ANTONIO PECCHIO PROFESSOR	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
CAMPINAS OESTE	CAMPINAS	JARDIM SANTA CLARA	SIM	Anos Iniciais (1º ao 5º)	NÃO
TAQUARITINGA	TAQUARITINGA	FELICIA ADELVAIS PAGLIUSO PROFESSORA	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
REGISTRO	REGISTRO	KOKI KITAJIMA	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	ANTONIO VELASCO ARAGON PADRE	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
ITU	SALTO	OTILIA DE PAULA LEITE PROFESSORA	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
CARAPICUIBA	COTIA	FERNAO DIAS PAES LEME	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
BARRETOS	OLIMPIA	ALZIRA TONELLI ZACCARELLI PROFESSORA	SIM	Anos Finais (6º ao 9º)	NÃO
CARAPICUIBA	CARAPICUIBA	OSCAR GRACIANO PROFESSOR	NÃO	-	SIM
CENTRO SUL	SAO PAULO	SEMINARIO NOSSA SENHORA DA GLORIA	NÃO	-	NÃO
SANTOS	SANTOS	SUETONIO BITTENCOURT JUNIOR PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
BARRETOS	BARRETOS	AYMORE DO BRASIL PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
PRESIDENTE PRUDENTE	PRESIDENTE PRUDENTE	MARREY JUNIOR DOUTOR	NÃO	-	NÃO
SAO JOAQUIM DA BARRA	SAO JOAQUIM DA BARRA	GRAZIELA MALHEIRO FORTES PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
SAO JOSE DO RIO PRETO	SAO JOSE DO RIO PRETO	YVETE GABRIEL ATIQUÉ PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
RIBEIRAO PRETO	RIBEIRAO PRETO	ORLANDO VITALIANO VEREADOR	NÃO	-	NÃO
MOGI MIRIM	SERRA NEGRA	AMELIA MASSARO PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
PIRACICABA	PIRACICABA	MANASSES EPHRAIN PEREIRA PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
PIRACICABA	PIRACICABA	ANTONIO PINTO DE ALMEIDA FERRAZ DOUTOR	NÃO	-	NÃO

CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE AROEIRA 37 UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE CEDRO UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC ADOLESCENTE VILA LEOPOLDINA UI	NÃO	-	NÃO
FRANCA	FRANCA	CENTRO ATEND SOCIO-EDUC AO ADOLESC DE FRANCA - UI	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	CENTRO DE ATEND SOCIO-EDUC AO ADOLESC JARDIM SAO LUIZ I	NÃO	-	NÃO
SUL 2	SAO PAULO	CENTRO DE ATEND SOCIO-EDUCAO ADOLESC JARDIM SAO LUIZ II	NÃO	-	NÃO
TUPA	ARCO-IRIS	INDIA VANUIRE	NÃO	-	NÃO
ITU	ITU	JOAO ANTONIO MOTTA NAVARRO PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
JOSE BONIFACIO	TANABI	CENTRO DE ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE DE TANABI UI	NÃO	-	NÃO
ARARAQUARA	ARARAQUARA	JARDIM MORUMBI	NÃO	-	NÃO
REGISTRO	SETE BARRAS	ALDEIA PEGUAO TY	NÃO	-	NÃO
ARARAQUARA	ARARAQUARA	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE DE ARARAQUARA UI	NÃO	-	NÃO
SOROCABA	SOROCABA	CENTRO ATEND SOCIOEDUC ADOLESCENTE DE SOROCABA UI	NÃO	-	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIO-EDUC ADOLESC - VILA CONCEICAO-UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE IPE UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE NOGUEIRA 27 UI	NÃO	-	NÃO
CENTRO OESTE	SAO PAULO	CENTRO ATEND SOCIOEDUC AO ADOLESCENTE JATOBA 28 UI	NÃO	-	NÃO
CAMPINAS OESTE	CAMPINAS	CENTRO ATEND SOCIO-EDUC ADOLESCENTE INT JEQUITIBA - UI	NÃO	-	NÃO
SAO JOAQUIM DA BARRA	MORRO AGUDO	NEUSA OKANO MIZUNO PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
LESTE 2	SAO PAULO	JOAO BATISTA VILANOVA ARTIGAS PROFESSOR	NÃO	-	NÃO
SUL 3	SAO PAULO	WASHINGTON ALVES NATEL	NÃO	-	NÃO
LIMEIRA	RIO CLARO	HELOISA LEMENHE MARASCA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
SUMARE	SUMARE	BELGICA ALLEONI BORGES PROFESSORA	NÃO	-	NÃO
LIMEIRA	RIO CLARO	OSCAR DE ALMEIDA PROFESSORA	NÃO	-	NÃO

GUARULHOS NORTE	GUARULHOS	JARDIM SANTA LIDIA	NÃO	-	NÃO
-----------------	-----------	--------------------	-----	---	-----